

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

TECNOLOGIAS DIGITAIS E A PROPOSTA DO ENSINO REMOTO NO PERÍODO
DE 2020 E 2021 NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE
JOINVILLE/SC

VERÔNICA SANTOS IMPROTA BORGES

ORIENTADORA: PROFESSORA DRA. MARLY KRÜGER DE PESCE

JOINVILLE – SC

2024

VERÔNICA SANTOS IMPROTA BORGES
TECNOLOGIAS DIGITAIS E A PROPOSTA DO ENSINO REMOTO NO PERÍODO
DE 2020 E 2021 NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE
JOINVILLE/SC

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa Estudos Curriculares, Docência e Tecnologias, da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Professora Dra. Marly Krüger de Pesce

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

B732t	Borges, Verônica Santos Improta Tecnologias digitais e a proposta do ensino remoto no período de 2020 e 2021 no ensino fundamental da rede municipal de Joinville/SC / Verônica Santos Improta Borges; orientadora Dra. Marly Krüger de Pesce. – Joinville: Univille, 2024. 70 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade da Região de Joinville) 1. Tecnologia educacional. 2. Ensino à distância. 3. Ensino fundamental – Joinville (SC). I. Pesce, Marly Krüger de (orient.). II. Título.
-------	---

CDD 371.33

Elaborada por Saionara Soares Mariano – CRB-14/1415

TERMO DE APROVAÇÃO

Termo de Aprovação

“Tecnologias Digitais e a Proposta do Ensino Remoto no Período de 2020 e 2021 no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Joinville/SC”

por

Verônica Santos Improra Borges

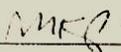
Banca Examinadora:

Profa. Dra. Marly Krüger de Pesce
Orientadora (UNIVILLE)

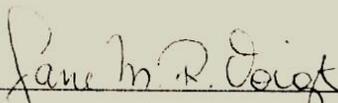
Prof. Dr. Júlio Ribeiro Soares
(UERN)

Profa. Dra. Jane Mery Richter Voigt
(UNIVILLE)

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Educação, aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação.



Profa. Dra. Marly Krüger de Pesce
Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Jane Mery Richter Voigt
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Joinville, 26 de fevereiro de 2024.

Ser professor não é só uma questão de possuir o corpo de conhecimentos e capacidades de controle da aula. Isso poderia fazer-se com um computador e um bastão. Para ser professor é preciso, igualmente, ter capacidade de estabelecer relações humanas com as pessoas a quem se ensina. Aprender é um processo social humano e árduo, o mesmo se pode dizer de ensinar. Ensinar implica, simultaneamente, emoções e razões pura.

Connell (1997, p. 91, *apud* Ferreira, 2015, p. ix)

Dedicatória

Dedico o resultado desta caminhada acadêmica, em primeiro lugar aos meus filhos Luan e Eduarda Improta, e à minha família, base da minha força.

AGRADECIMENTOS

Toda a obra literária leva uma pessoa dentro, que é o autor. O autor é um pequeno mundo entre outros pequenos mundos. A sua experiência existencial, os seus pensamentos, os seus sentimentos estão ali.
(Saramago, 2010, p. 224)

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me concedido saúde, força e coragem, fatores que ao longo de toda a minha vida me fizeram vitoriosa! Passei pelas dificuldades de um mar revolto, quase naufraguei, por pouco não sobrevivi, mas tive força e coragem de seguir em frente. A presença divina sempre ao meu lado, foi fundamental na minha caminhada como mestranda, cujos resultados se expressam neste trabalho.

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar a bom porto sem o precioso apoio de várias pessoas. Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer a minha orientadora, Professora Doutora Marly Krüger de Pesce por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho, muito obrigada por me ter corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar. O papel da orientadora não é o papel de mãe, de tutora, de protetora, de advogado de defesa, de analista, como também não é de carrasca. Ela é uma educadora, estabelecendo, portanto, com seu orientando uma relação educativa, com tudo o que isto significa, no plano da elaboração científica, entre pesquisadores. Trata-se de uma relação educativa como salienta Severino (2013, p. 146)

A verdadeira relação educativa pressupõe necessariamente um trabalho conjunto em que ambas as partes crescem. Trata-se de uma relação de enriquecimento recíproco. É necessário que ocorra uma interação dialética em que esteja ausente qualquer forma de opressão ou de submissão.

Agradeço a Karina, responsável pela minha inserção no mestrado desde a inscrição. Foi ela a primeira pessoa a sentar comigo, e me ajudar na construção desse sonho, ali nos primeiros passos. Obrigada Kari, pela doação do seu tempo comigo e toda paciência.

Aos meus pais, Wilton Improta Borges e Maria Ângela da Mata Santos, que nunca mediram esforços para apoio pessoal e educacional. Aos meus irmãos Felipe, Thais e Junior pelo apoio e incentivo, sempre presentes em minha vida.

Também, agradeço a meu amigo Professor Doutor Luiz Martins, pela ajuda com sua vasta experiência no projeto de pesquisa. Obrigada!

Ao GECDOTE, Grupo de Pesquisa em Estudos Curriculares, Docência e Tecnologia, da UNIVILLE, agradeço pelas ricas trocas em nossos momentos, pelas experiências e estudos compartilhados. Gratidão a cada um.

Agradeço, também, a todos os meus colegas e professores do curso pelos bons momentos vividos, de ricas trocas de conhecimentos e experiências de vida, aos que contribuíram de forma direta e indireta com minha pesquisa e projeto como um todo. Sem o apoio de vocês esse trabalho não seria realizado. À CAPES, pelo apoio financeiro no período de elaboração desta obra.

A minha avó e todos da família em Salvador.

RESUMO

A presente pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa em Estudos Curriculares, Docência e Tecnologias (GECDOE) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Mestrado em Educação, na linha de pesquisa Currículo, Tecnologias e Práticas Educativas. Almejou-se analisar a proposta do uso das tecnologias digitais no ensino remoto adotada durante a pandemia gerada pela covid-19 na rede municipal de educação da cidade de Joinville/SC. Sabemos que o Ensino Fundamental é a etapa da Educação Básica que objetiva a formação de todo cidadão brasileiro, construindo as bases para a aquisição dos conhecimentos elaborados pela humanidade e ampliando as relações sociais. Embora desafiador, o período da pandemia da COVID-19 levou ao uso das tecnologias educacionais, fazendo com que diversas instituições de ensino adotassem a modalidade remoto emergencial, para dar continuidade ao ano letivo. Assim sendo, ampliou-se o uso das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, em todos os níveis de ensino. Nesse contexto, a Tecnologia Digital (TD) foi uma das ferramentas utilizadas pelas redes de ensino, tanto públicas quanto particulares, para dar continuidade às atividades escolares. Todavia, nem todos os estudantes tinham acesso aos recursos tecnológicos. Buscando o aprofundamento de uma realidade específica, esta pesquisa de abordagem qualitativa utilizou estudos documentais, em especial, as diretrizes propostas pela Secretaria de Educação para continuar as aulas no período pandêmico. Como produção de dados ainda, foi adotada a entrevista semiestruturada com quatro gestores da Secretaria de Educação de Joinville/SC. A análise dos dados foi pautada em Bardin (2009). Os principais autores que fundamentaram esta pesquisa foram Vygotsky (1996, 2005) e Bortolazzo (2016). Os resultados apontam que houve a elaboração de um documento que ocasionou diversas ações, desde contratação de uma plataforma digital, disponibilização de material impresso para os estudantes, programa de rádio. Com relação aos impactos, há indícios de que houve prejuízo na aprendizagem dos estudantes considerando a dificuldade de desenvolver as atividades sem a presença física do professor, além daqueles que não tinham acesso aos recursos tecnológicos para acompanhar as aulas.

Palavras-chave: Tecnologias digitais. Ensino Remoto. Ensino Fundamental. Rede Municipal.

DIGITAL TECHNOLOGIES AND THE PROPOSAL FOR REMOTE EDUCATION IN
THE 2020 AND 2021 PERIOD IN THE ELEMENTARY SCHOOL OF THE
MUNICIPAL NETWORK OF JOINVILLE/SC

ABSTRACT

This research is linked to the Research Group on Curricular Studies, Teaching and Technologies (GECDOE) of the Postgraduate Program in Education at the University of the Joinville Region (UNIVILLE), master's degree in education, in the research line Curriculum, Technologies and Practices Educational. The aim was to analyze the proposal for the use of digital technologies in remote teaching adopted during the pandemic generated by covid-19 in the municipal and education network of the city of Joinville/SC. We know that Elementary Education is the stage of Basic Education that aims to train every Brazilian citizen, building the foundations for the acquisition of knowledge created by humanity and expanding social relations. Although challenging, the COVID-19 pandemic period led to the use of educational technologies, causing several educational institutions to adopt the emergency remote modality, to continue the academic year. Therefore, the use of digital technologies in the teaching-learning process was expanded, at all levels of education. In this context, Digital Technology (DT) was one of the tools used by education networks, both public and private, to continue school activities. However, not all students had access to technological resources. Seeking to delve deeper into a specific reality, this qualitative research used documentary studies, in particular, the guidelines proposed by the Department of Education to continue classes during the pandemic period. As data production, a semi-structured interview was adopted with four managers from the Joinville/SC Department of Education. Data analysis was based on Bardin (2009). The main authors who supported this research were Vygotsky (1996, 2005) and Bortolazzo (2016). The results indicate that a document was drawn up that led to several actions, from hiring a digital platform, making printed material available to students, and radio programs. Regarding impacts, there is evidence that there was a loss in student learning considering the difficulty of carrying out activities without the physical presence of the teacher, in addition to those who did not have access to technological resources to follow classes.

Keywords: Digital technologies. Remote Education. Elementary Education. Municipal Network.

TECNOLOGÍAS DIGITALES Y LA PROPUESTA DE EDUCACIÓN REMOTA EN EL
PERIODO DE 2020 Y 2021 EN LA ESCUELA PRIMARIA DE LA RED MUNICIPAL
DE JOINVILLE/SC

RESUMEN

Esta investigación está vinculada al Grupo de Investigación en Estudios Curriculares, Enseñanza y Tecnologías (GECDOE) del Programa de Postgrado en Educación de la Universidad de la Región de Joinville (UNIVILLE), Maestría en Educación, en la línea de investigación Currículos, Tecnologías y Prácticas Educativas. El objetivo fue analizar la propuesta de uso de tecnologías digitales en la enseñanza a distancia adoptada durante la pandemia generada por el covid-19 en la red municipal y educativa de la ciudad de Joinville/SC. Sabemos que la Educación Primaria es la etapa de la Educación Básica que tiene como objetivo formar a cada ciudadano brasileño, construyendo las bases para la adquisición de conocimientos creados por la humanidad y ampliando las relaciones sociales. Aunque desafiante, el período de pandemia de COVID-19 impulsó el uso de tecnologías educativas, provocando que varias instituciones educativas adoptaran la modalidad remota de emergencia, para continuar el año académico. Por lo tanto, se amplió el uso de las tecnologías digitales en el proceso de enseñanza-aprendizaje, en todos los niveles educativos. En este contexto, la Tecnología Digital (DT) fue una de las herramientas utilizadas por las redes educativas, tanto públicas como privadas, para continuar con las actividades escolares. Sin embargo, no todos los estudiantes tuvieron acceso a los recursos tecnológicos. Buscando profundizar en una realidad específica, esta investigación cualitativa utilizó estudios documentales, en particular, los lineamientos propuestos por el Departamento de Educación para continuar las clases durante el período de pandemia. Como producción de datos, se adoptó una entrevista semiestructurada con cuatro gestores del Departamento de Educación de Joinville/SC. El análisis de los datos se basó en Bardin (2009). Los principales autores que sustentaron esta investigación fueron Vygotsky (1996, 2005) y Bortolazzo (2016). Los resultados indican que se elaboró un documento que generó varias acciones, desde la contratación de una plataforma digital, la puesta a disposición de los estudiantes de material impreso y programas de radio. En cuanto a los impactos, hay evidencia de que hubo una pérdida en el aprendizaje de los estudiantes considerando la dificultad de realizar actividades sin la presencia física del docente, además de aquellos que no tuvieron acceso a recursos tecnológicos para seguir las clases.

Palabras clave: *Tecnologías digitales. Educación a Distancia. Educación Primaria. Red Municipal.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigos selecionados das Plataformas Scielo e Capes	32
Quadro 2 – Taxa de escolarização	41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BA	Bahia
CAEd/UFJF	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
COVID19	Coronavírus identificado em 2019
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EDigital	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação e Práticas Educativas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
G	Gestor
Gecdote	Grupo de Pesquisa em Estudos Curriculares, Docência e Tecnologias
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MPC/SC	Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina
MPSC	Ministério Público de Santa Catarina
PLANCON	Plano Municipal de Contingência
PPP	Projeto Político Pedagógico
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SARS-CoV-2	Vírus da família do Coronavírus
SC	Estado de Santa Catarina
SciELO	Scientific Electronic Library Online

SED	Secretaria de Educação
TCE/SC	Tribunal de Contas de Santa Catarina
TCLE	Termos de Consentimento Livre e Esclarecido
TD	Tecnologias Digitais
UNDIME-SC	União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	United Nations Children's Fund
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville

SUMÁRIO

1 CAMINHOS PARA A DOCÊNCIA E A PESQUISA.....	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
2.1 <i>Tecnologias digitais na constituição psíquica humana</i>	23
2.2 <i>Tecnologias Digitais e Ensino Fundamental</i>	26
2.3 <i>Ensino remoto na Educação Básica</i>	32
2.4 <i>Currículo da Rede Municipal de Ensino de Joinville/SC e a pandemia</i>	36
3 PERCURSO METODOLÓGICO	40
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	43
4.1 <i>Proposta do Ensino Remoto da Secretaria de Educação de Joinville/SC</i>	43
4.2 <i>O processo de escolarização dos estudantes do Ensino Fundamental de Joinville/SC no momento pandêmico</i>	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	57
ANEXOS	63
ANEXO A – Parecer Consubstanciado CEP	63
ANEXO B – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	66
APÊNDICES.....	68
APÊNDICÊ A – Roteiro de Entrevistas	68

1 CAMINHOS PARA A DOCÊNCIA E A PESQUISA

Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática (Paulo Freire, 1991).

Nasci em Salvador/BA, no dia 10 de janeiro, em plena lavagem da Igreja mais famosa da cidade, à Igreja do Bonfim. Painho nos conta sempre quando estamos reunidos em família, naqueles momentos nostálgicos, detalhes desse dia tão marcante para ele e conseqüentemente para todos os familiares que participavam dessa festa tão tradicional na minha cidade natal. Moravam muito próximos ao local do evento, e ao se depararem com a minha mãe já sentindo as contrações e em trabalho de parto, tiveram que com a ajuda de amigos e outros familiares que estavam reunidos, irem abrindo passagem diante daquela multidão para que o carro pudesse passar e chegar até o hospital.

Eu sou a primeira filha, primeira neta, primeira sobrinha. Imagina como estavam todos naquele momento, envolvidos já pela euforia da lavagem tão comemorada, e agora surpreendidos pela possibilidade do meu nascimento! E assim vim ao mundo, já em ritmo de festa e muita alegria, do jeitinho que sou abençoada e amparada por nosso Senhor do Bonfim.

Em toda minha infância moramos na Cidade Baixa, área abaixo da falha geológica da cidade de Salvador, entre os bairros da Boa Viagem e Ribeira. Há anos, era como se fosse uma cidadezinha do interior, lugar tranquilo em que as famílias se conheciam, em que podíamos andar de bicicleta sem medo, tomar um banho de mar e ver o pôr do sol mais lindo, da ponta de Humaitá, onde Painho e Mainha se casaram em uma bucólica igrejinha que dava um ar mais lindo àquele cenário. Lá fizemos muitas memórias afetivas, lugar em que passei boa parte da minha adolescência. Estudei por treze anos consecutivos na mesma escola, Colégio São José, das irmãs franciscanas, juntamente com os meus irmãos e primas, e a maioria dos meus amigos do condomínio em que morávamos. Era uma escola tradicional católica, muito respeitada em toda comunidade pela qualidade no ensino. Lembro-me de cada cantinho, do cheiro do lanche da cantina, feito pelas freiras com tamanho exímio, da gruta em que íamos rezar, do tobogã gigante. A escola era imensa em um terreno que

se estendia por todo um quarteirão. Lá me catequizei e depois me casei. Fiz grandes amigos que perduram até hoje. O colégio São José, juntamente com todo o corpo docente e demais funcionários, tiveram contribuições importantes para a minha formação tanto acadêmica quanto pessoal. Foi lá que aprendi a ler, foi lá que aprendi a interpretar textos com as melhores professoras que tive, foi lá que minha professora da primeira série extraiu o meu primeiro dente, foi lá que desfilei em uma passarela gigantesca pela primeira vez, foi lá que representei nossa senhora na festa da coroação de Maria, sonho da minha avó, foi lá que descobri infinitas possibilidades de lidar com as mais variadas situações da vida, e trago até hoje lembranças de experiências memoráveis de um tempo que não volta mais. Até hoje, quando retorno à escola para visitá-los, sou reconhecida pelo nome, pelo sobrenome, pelos feitos e aprontes.

Nesse contexto é válido falar que morava com meus avós durante a semana, pois meu pai e minha mãe se mudaram para um bairro distante da escola. Eles nos deixavam, eu e meus irmãos, aos domingos à noite e nos pegavam na sexta à noite. Durante toda a semana, minha avó e meu falecido avô ficavam responsáveis por nós. Ela não trabalhava fora e dedicava-se exclusivamente aos netos e ao meu avô. Tínhamos uma funcionária do lar que realizava as tarefas da casa. Com isso ela realizava com excelência a função pedagógica junto aos netos. Voinha deixou o sonho de ser professora, para casar e ter filhos. Ela nos contava sempre da vontade imensa de ter feito magistério, assim a sensação que me dava é que ela exercia essa vontade conosco. Nos ensinou sobre todo o capricho que temos que ter com nossa letra, organização com as atividades de casa, enfeitava nossos cadernos com adesivos, desenhos, tomava tabuada, cobrava-nos leituras, nos ajudava com os trabalhos, participava ativamente junto às professoras e a comunidade escolar. Ela era quem ia às reuniões de pais, ela que se envolvia para realizar as festas e gincanas da escola, era uma figura muito querida por todos e víamos isso com muito orgulho. Minha avó paterna é uma figura emblemática não só na minha vida, mas também na da vida escolar dos meus irmãos. Muito dessa educação não formal atribuímos a ela, que muito trago também dentro da minha prática docente.

Logo após cursar o ensino médio, me casei, atrasando um pouco a minha inserção na faculdade por conta da vinda do meu primogênito. Quando completou três anos de vida, fui em busca da graduação e desejei cursar enfermagem como primeira opção. Porém, depois de muitas conversas com meu marido e muitas reflexões sobre

uma decisão que acarretaria diminuir o tempo junto com meu filho, como meu marido trabalhava muito, decidi mudar minha opção para o curso de Pedagogia. A possibilidade de ter uma carreira com certa flexibilidade de horários, carga menor de dedicação com um turno de trabalho e um planejamento unificado com as férias escolares contou no momento da escolha por um curso voltado à licenciatura. Confesso que me senti naquele momento renunciando algo que já vinha pensando há muito tempo, para a minha escolha profissional. Hoje refletindo, percebo o quanto essa situação parece ser uma constante na vida de muitas mulheres.

Nas primeiras semanas de aula do curso na faculdade, não conseguia me encaixar naquilo que escolhia. Tinha uma certa resistência a tudo que vivia, não queria me permitir experimentar. Mas, fui sendo seduzida pelo que era discutido e lido, e pelos grandes mestres que tive. Logo fui notada por uma coordenadora de escola, que era nossa professora e mestre em educação, quem me convidou para estagiar na então primeira escola que tive oportunidade de experimentar a prática docente, Escola e Centro de Estudos Lua Nova. Era privada e escola de referência em Salvador, com formadores e grandes profissionais na área educacional, mas, eu ainda não tinha noção disso naquele momento.

Passei quatro anos naquela escola, estagiei os dois primeiros anos e fui professora regente nos demais. Ali foi o tempo/espço em que dei meus primeiros passos como professora e sou muito grata por tantos aprendizados e aos grupos de estudos. Toda prática docente era respaldada pela formação semanal levada à sério pela instituição, e isso era inegociável. A formação em serviço, o compartilhamento e estudos com os colegas constituem os saberes experienciais, que para Tardif (2002) significam a oportunidade de formação continuada docente.

Ao dar à luz à minha filha caçula, me despedi das salas de aula por três anos. Mas esse tempo foi crucial para que eu notasse a falta que me fazia estar naquele ambiente educador, de discussões, regado de conhecimentos. Retornei e, desde então, nunca mais saí. A vontade de aprender a cada dia me motivava a ser uma profissional em constante transformação e busquei fazer uma pós-graduação, mas infelizmente em duas tentativas iniciadas, fui induzida a desistir pelo meu então marido. Ele me convenceu que eu não precisava sair à noite, deixando a família para dar continuidade, se eu já tinha tudo, uma vida confortável, um trabalho, e eu cedi as argumentações. Por outro lado, não me contentava em cumprir a função de forma

rotineira, buscava refletir sobre minha prática docente. O desejo de me aprimorar e, conseqüentemente, alçar novos voos se tornaram inviáveis naqueles anos.

Fiquei casada durante dezenove anos e, por fim, me divorciei em 2017. Com isso, minha vida tomou novos rumos, precisei assumir novos papéis, o que não foi fácil. O enlutamento durou um tempo e, paralelo a isso, continuava a dar aulas. Em agosto de 2018, depois de um ano solteira e sem pretensão alguma de me relacionar com alguém, fui surpreendida e me apaixonei. O então rapaz morava em uma cidade bem longe de Salvador, mas que já era familiar: Joinville. À primeira vez que vim à Joinville, tinha quinze anos em uma excursão dada de presente por Painho no meu aniversário. À segunda vez vim grávida de minha filha caçula visitar meu ex-cunhado que morava na cidade, viemos de férias.

Ao desenrolar do namoro que era à distância, voltei à cidade de Joinville. Dessa vez mais frequentemente, vinha uma vez em cada mês, às vezes, até duas. Isso perdurou por um ano, até que decidi vir morar aqui. Não foi uma decisão fácil. Deixar a minha família, os amigos, a comunidade escolar em que já trabalhava por anos, e já tinha uma marca profissional, foi muito desafiador. Mas com o apoio dos meus pais, da minha família e filhos, resolvi recomeçar a vida em um novo lugar, dando oportunidade também, de viver um novo relacionamento. Cheguei em Joinville dia 27 de dezembro de 2019 e, em março de 2020, iniciou a pandemia. O isolamento social adiou minhas expectativas de recomeço profissional, e de me inserir em um novo trabalho. Em 2021, participei da seletiva para professora contratada do município, e em abril daquele ano retornei à sala de aula. Feliz por retomar, aos poucos, à normalidade após aquela situação pandêmica.

Assim, as divulgações do Mestrado em Educação da Univille pelas redes sociais e outdoors na cidade, despertaram aquela vontade de realizar o desejo de dar continuidade aos meus estudos. Sendo aprovada na seleção, iniciei o curso de mestrado na linha de pesquisa Currículo, Tecnologias e Práticas Educativas. Logo fui contactada pela minha orientadora, professora Dra. Marly Krüger de Pesce, que muito carinhosamente me explicou como se sucederia aquele início e, didaticamente, me incluiu dentro do contexto acadêmico e ao Grupo de Pesquisa em Estudos Curriculares, Docência e Tecnologias (GECDOE). Minha proposta de pesquisa está inserida no projeto guarda-chuva de minha orientadora intitulado Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação e Práticas Educativas (eDigital).

A pandemia, provocada pelo do Coronavírus - Covid-19, que tinha alto teor de contágio e de mortalidade, por não haver uma vacina contra a doença, exigiu a suspensão de inúmeros serviços presenciais, entre eles o educacional. Em Santa Catarina, no dia 17 de março de 2020, o governo decretou situação de emergência, através do Decreto nº 515, por conta da pandemia de Coronavírus (Santa Catarina, 2020). As aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada foram suspensas. Em 16 de junho de 2020, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 544 (Brasil, 2020) que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durasse a situação de pandemia.

As tecnologias digitais têm transformado a relação entre o ser humano e o conhecimento. Para Lévy (2009), o compartilhamento e a produção de informação e do conhecimento no ciberespaço, traz novas demandas sociais e educacionais. Assim, a presença das tecnologias digitais já estava na escola, porém ainda de forma tímida. Com a suspensão das aulas presenciais na pandemia, o papel das tecnologias digitais foi fundamental para que o processo educativo tivesse continuidade, o que foi reconhecido pela Portaria nº 544 (Brasil, 2020).

Diante desse cenário, as secretarias estaduais e municipais de todo o país passaram a planejar e orientar como as aulas seriam retomadas a partir de um novo formato de ensino. Essa situação exigiu tomadas de decisão da gestão das secretarias, que resultaram em diferentes ações a fim de dar continuidades ao processo educativo dos estudantes. Joinville, sendo a maior cidade de Santa Catarina, grande Polo industrial, uma cidade com tanto valor cultural e econômico no sul do país, não se tem registrado e nem documentado sobre o momento pandêmico na educação municipal, e suas derivações. Como foram geridos os processos internos e tecnológicos, como foram pensados, partilhados e dialogados com os conteúdos diante de tantos desafios no contexto educacional municipal? Muitas eram as indagações, e não havia registros, documentos que pudéssemos aferir esse momento na cidade.

Assim, ao se pensar em um município como Joinville que possui 51.813 estudantes matriculados nas 89 unidades de Ensino Fundamental de Ensino Fundamental (Joinville, 2022), surgiram algumas questões: como a Secretaria de Educação de Joinville fez a escolha dos recursos tecnológicos e a gestão dos processos para dar continuidade as atividades educacionais? Como foi realizada a implementação e o acompanhamento das diretrizes nas escolas? Como foram

propostas a formação docente para uso das tecnologias digitais? Como foram selecionados, elaborados e partilhados os conteúdos com os professores diante de tantos desafios no contexto educacional municipal?

Considerando essas questões, me propus a investigar como a Secretaria de Educação de Joinville enfrentou a situação. Devido à aderência da minha proposta de pesquisa, participo como bolsista do Projeto *Pandemia da COVID-19 e seus impactos na educação básica no Brasil: diagnóstico e proposições interventivas na escola*, aprovado no Edital de Seleção Emergencial IV CAPES - Impactos da Pandemia (2021) e coordenado pela Professora Dr.^a Wanda Maria Junqueira de Aguiar da PUC/SP, do qual minha orientadora participa como pesquisadora. Esse Projeto visa conhecer e intervir na realidade educacional que tem sofrido os impactos da pandemia a partir de pesquisa diagnóstica. As condições socioeconômicas dificultaram o acesso e a permanência de estudantes durante a pandemia, sendo que o Projeto pretende focar nos desdobramentos para a educação em três regiões diferentes com a participação de pesquisadores dos seguintes estados: Rio Grande do Norte, Piauí, São Paulo e Santa Catarina.

Assim, levando em conta que se faz necessário um registro do que foi implementado durante a pandemia, a partir de um olhar reflexivo e crítico, a fim de que sirva como fonte documental e científica para futuras pesquisas e proposição de políticas públicas e que as tecnologias digitais foram utilizadas de modo a disponibilizar os conteúdos, as atividades pedagógicas e manter os estudantes conectados à escola, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a proposta do ensino remoto com uso das tecnologias digitais adotado durante a pandemia na rede municipal de educação da cidade de Joinville/SC.

Deste objetivo derivam os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os principais recursos tecnológicos utilizados no ensino remoto no Ensino Fundamental da rede municipal de Joinville;
- Levantar informações acerca de como se deu o compartilhamento de informações, materiais e contato entre a escola e os estudantes e família;
- Compreender como se deu o processo de acompanhamento das atividades propostas no ensino remoto;
- Verificar impactos que foram identificados no processo de escolarização dos estudantes no período pandêmico.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, pois irá nos possibilitar compreender aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano (Gatti; André, 2010). Para a produção dos dados foram utilizados documentos orientadores para a implantação do ensino remoto, emitidos pela Secretaria de Educação de Joinville/SC e a entrevista semiestruturada com quatro gestores da Secretaria.

Os dados foram analisados a partir dos princípios da Análise de Conteúdo, descrita por Bardin (2009), pois consiste no destaque da semântica dos discursos e características conceituais das narrativas dos sujeitos participantes desta pesquisa e da documentação.

Esta dissertação traz a fundamentação teórica e resultados de pesquisas sobre o tema, os procedimentos metodológicos, a caracterização do corpus, a análise dos dados e a discussão dos resultados. O capítulo da fundamentação teórica discute sobre as tecnologias digitais na constituição psíquica humana e seu papel no ensino fundamental, além dos impactos do ensino remoto nessa etapa da educação. Apresenta uma breve revisão de literatura, procurando estabelecer um diálogo entre esta pesquisa e outras publicações

O capítulo sobre os procedimentos metodológicos apresenta o *lôcus* da pesquisa, os sujeitos participantes, a técnica de coleta de dados e o método de análise.

O último capítulo é a análise de dados, quando analisamos as informações obtidas a partir das entrevistas realizadas com os gestores do município, com base nos documentos e referenciais teóricos abordados neste trabalho, a fim de nos ajudar a compreender o contexto do foco da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sabemos que o contexto da pandemia vivenciada, nos períodos de 2020 e 2021, trouxe para toda a sociedade mundial diversos lutos, desafios e aprendizagens. Isso tudo não foi diferente para os brasileiros, pelo contrário, muitos desafios foram impostos considerando a vulnerabilidade de parte da população. Dentro desse contexto altamente desafiador, iremos destacar o papel preponderante que as Tecnologias Digitais (TD) tiveram para todos os setores sociais e para a Educação. Esta pesquisa apresenta discussões importantes, a partir do contexto pandêmico, em relação a conceitos, procedimentos e práticas que foram adotadas, em especial, pela Secretaria de Educação de Joinville, em Santa Catarina, para dar continuidade ao processo educacional das crianças matriculadas nas escolas públicas municipais. Para tanto, este capítulo tem como propósito apresentar os fundamentos teóricos que embasaram esta pesquisa. Apresentaremos sobre o papel das Tecnologias Digitais (TD) na Educação, a sua relação com o Ensino Fundamental na rede municipal de educação de Joinville no período pandêmico.

2.1 Tecnologias digitais na constituição psíquica humana

Em seus estudos, Vygotsky (2005) caracteriza o indivíduo como um ser histórico e produto de suas relações sociais, no qual a consciência e os fatores sociais são importantes na constituição do psiquismo humano. Pode-se constatar que, em seus estudos, o autor compreendia que o desenvolvimento humano acontece a partir da troca simultânea e recíproca, que ocorre na vida do sujeito e da sua interação com o meio e vice-versa. Sendo assim, o homem está imerso em uma cultura e é afetado por ela. Ao mesmo tempo, é agente de transformação pessoal e social, que ocorrem nas relações culturais.

No processo do desenvolvimento do pensamento, na teoria vigotskiana, o ser humano, ao interagir com a realidade faz uso de instrumentos mentais e físicos, como a linguagem e as ferramentas construídos ao longo da história.

Na sociedade contemporânea, com rápidas conexões e emergentes demandas, o mundo físico real não está separado do virtual. A cultura digital vem reestruturando a sociedade pelo uso das tecnologias digitais e pela disponibilidade da internet. A realidade que envolve as tecnologias digitais faz com que os homens precisem se reestruturar

continuamente. Essa reestruturação vem de demandas do meio e das interações do sujeito com ele. Numa perspectiva vigotskiana, as necessidades e motivos dos sujeitos também mudam, pois se constituem num movimento de subjetivação da realidade social, e será nessa realidade que se objetivarão (Voigt *et.al.*, 2022, p. 186).

A relação com as tecnologias tem mediado o pensamento e o comportamento humano, já que estamos imersos em uma cultura digital em cujas manifestações humanas são engendradas pelos aparatos tecnológicos. Para Bortolazzo (2016, p. 3), “o uso e a apropriação das tecnologias digitais são produções culturais de determinada sociedade, pontuadas pelo caráter histórico e contingente”. A tecnologia digital, como a conhecemos atualmente, é um meio de participação, provocando a emergência de um ambiente que se modifica e se reconfigura constantemente em consequência da própria participação que nele ocorre.

As tecnologias não são acessórios periféricos para os analistas, mas elementos onipresentes. Para compreender a emergência da cultura digital como imperativa e tentar posicioná-la como sintoma de uma sociedade que investe fortemente em material tecnológico, é preciso analisar as condições de possibilidade, não somente históricas, mas também econômicas e sociais que permitiram a produção desse tipo de cultura (Bortolazzo, 2016). De fato, é difícil apreender, em toda a sua extensão, as transformações ocasionadas pelo digital. Para a autora, as Tecnologias Digitais, não só incitam as formas pelas quais enxergamos e experimentamos o mundo, mas produzem e são os próprios produtos da sociedade em que vivemos. Ela enfatiza que ao pensar em cultura digital, se reflete sobre uma forma de produção, sobre os caminhos nos quais o digital tem sido filiado a certos significados culturais. Quer dizer, para que se possa pensar sobre o conjunto de práticas que envolvem os sujeitos e as tecnologias digitais, é preciso dar a elas significados.

Os seres humanos desenvolvem o software, as plataformas e as redes que eventualmente programam e configuram as suas próprias vidas. A vida cotidiana das crianças, jovens e adultos se encontra profundamente alterada pela ininterrupta e poderosa penetração social das novas tecnologias da informação e da comunicação e oferece inovações para o acesso ao conhecimento e para a experiência dos seres humanos. Cabe considerar a expansão das ferramentas digitais como extensão dos recursos e das possibilidades de conhecimento e ação (Gómez, 2015).

Quando a criança tem acesso ilimitado a uma quantidade de informações fragmentadas, que vão além de sua capacidade de organização em esquemas

compreensivos, ela dispersa sua atenção e satura sua memória. A criança passa a se ocupar com diferentes tarefas simultâneas, as multitarefas. No entanto não experimenta tarefas que permitem o conhecimento que a atenção concentrada em um único foco possibilita. É preciso equilibrar essas duas capacidades - a de realizar diferentes tarefas simultaneamente e a de atenção focada (Gómez, 2015).

Nesse sentido, o desenvolvimento psíquico da criança é afetado pelo uso das tecnologias digitais, devendo ser interesse da escola.. Hoje, o meio ambiente digital é considerado como principal instrumento responsável pela propagação de informação, e ela nos traz a possibilidade de utilizá-lo a nosso favor, tanto nas atividades pessoais quanto no processo de ensino-aprendizagem, a fim de que seja realizado de forma plena a construção do conhecimento do aluno.

Todavia, simultaneamente, em que as tecnologias foram tomadas como meio de continuarmos nossas ações, alguns discursos antagônicos a respeito dos usos que fazemos das TD também emergiram. Não podemos desprezar a ideia de que o excesso de exposição a telas, dispositivos eletrônicos e longas chamadas de vídeo também se fazem preocupantes, pois, apesar de haver uma contribuição generosa das tecnologias para encurtamento das distâncias, a partir dessa superexposição a elas, também precisam ser observadas e repensadas com ações especiais.

O avanço do uso desses instrumentos tem cada vez mais adentrado na prática docente e discente, e de todo o universo educacional. Sua presença foi necessária e indispensável nos tempos de pandemia (2020-2021) quando as aulas presenciais das escolas foram suspensas, o que exigiu a proposição do modelo de ensino remoto com uso das TD, a fim de dar continuidade ao processo escolar.

A pandemia conduziu educadores e estudantes a migrar para o virtual rapidamente e, sem muito planejamento prévio, as metodologias do meio físico de aprendizagem foram deslocadas para o meio digital. Perante tal cenário, o ensino passou a ser remoto e emergencial.

Podemos afirmar que conhecimento está no centro dos processos de transformação sociocultural como estratégia de desenvolvimento. Sendo assim, a instituição educativa teve, daquele momento de crise, um papel organizador, produtor e disseminador de conteúdos e metodologias, incorporando as tecnologias nos processos de ensinar e aprender como elementos aglutinadores e possibilitadores das atividades pedagógicas.

2.2 Tecnologias Digitais e Ensino Fundamental

Todo o sistema de educação no Brasil está organizado e submetido a uma lei muito importante: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996). Ela define todos os princípios, diretrizes, estrutura e organização do ensino, abrangendo todas as suas etapas, esferas e setores. A LDB está em vigor desde 1996, mas suas origens remontam à Assembleia Constituinte de 1934, que dedicou, pela primeira vez, um capítulo exclusivo e específico ao tema, determinando que a União elaborasse e conseguisse aprovar um plano nacional e uma lei que traçasse as diretrizes da Educação Nacional.

De acordo com a LDB (Brasil, 1996), o Ensino Fundamental é obrigatório, podendo ser gratuito ou não. Ele é composto pelos anos iniciais, do 1º ao 5º ano, e os anos finais, do 6º ao 9º ano.

Além da LDB, no Brasil existe também a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018), um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito (Brasil, 2018). O artigo 6º, da LDB (Brasil, 1996), alterado pela Lei nº 11.114/2005, prevê que é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no Ensino Fundamental (Brasil, 2005).

No Ensino Fundamental, segundo a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Desse modo, através das intervenções, ampliação e promoção do saber, ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente.

No Currículo da Rede Municipal de Ensino da cidade de Joinville (Joinville, 2022), em específico, o enfoque para a tecnologia está contemplado nos

componentes curriculares entre os Temas Contemporâneos, cabendo às escolas, de acordo com as especificidades, usá-las de forma contextualizada. Esse currículo se fundamenta na Base Nacional Comum Curricular- BNCC, que incentiva indica em uma das dez competências gerais, a modernização dos recursos e linguagens a serem incorporadas nas práticas pedagógicas, dentre elas as que fazem uso das tecnologias digitais;

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo (Brasil, 2018, p. 11)

Também encontramos referência ao termo digital em mais duas competências gerais na 1ª ao se referir aos conhecimentos e na 5ª ao abordar sobre o uso e criação das tecnologias digitais. Diante disso, a tecnologia digital permeia a Base Nacional Comum Curricular como um todo.

Ao longo do Ensino Fundamental, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas, nos revela a BNCC (Brasil, 2018). De acordo com o documento, os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais.

Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB, nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, as possibilidades intelectuais e a capacidade de raciocínios mais abstratos (Brasil, 2010). Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentralização, “[...] importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (Brasil, 2010, p. 9).

Em cada fase, novas formações psíquicas se formam na criança e reorganizam sua personalidade (Vygotsky, 1996). Nas palavras de Vygotsky (1996, p. 262),

[...] em cada etapa encontramos sempre uma nova formação central como uma espécie de guia para todo o processo de desenvolvimento que caracteriza a reorganização de toda a personalidade da criança em uma nova base [...].

Para o autor, a criança se desenvolve com base em aspectos biológicos que se transformam em culturais, pois ela se constitui na interação com o outro e com o mundo social, utilizando a linguagem como instrumento para organizar o pensamento, o qual é permeado pelos artefatos culturais, entre eles, as tecnologias, em especial atualmente, as digitais.

O desenvolvimento e a aprendizagem são processos concomitantes que ocorrem pela interação social (Vygotsky, 1996). Considerado essa premissa, a escola deve propor práticas pedagógicas de forma organizada e contextualizadas para resultar no desenvolvimento mental. A criança então, que está no ensino fundamental, se apropria de conhecimentos científicos, observada a sua interação com o meio. A interação se dá a partir de quando os signos e sistemas simbólicos estão internalizados pelo indivíduo, fator que contribui para o desenvolvimento integral.

No contexto escolar, considerando os estudos vigotskianos, o desenvolvimento do indivíduo está diretamente entrelaçado ao ambiente em que aprende e aos fatores externos inerentes, o que nos faz refletir quanto a necessidade de métodos que impulsionem o desenvolvimento do aluno no âmbito escolar

De acordo com Vygotsky (2007), em todas as atividades cognitivas básicas do indivíduo ocorrem e decorrem de acordo com a sua história social, acabando por contribuir, e fazer parte integrante, do desenvolvimento histórico-social da sua comunidade. Logo, as habilidades cognitivas e as formas de estruturar o pensamento do indivíduo não somente são determinadas por fatores genéticos, mas também são o resultado das experiências e dos hábitos sociais da cultura em que o sujeito se insere. Assim, a história da sociedade na qual a criança se desenvolve, e a história pessoal dessa criança, são fatores cruciais para a sua forma de pensar.

Os estudantes do Ensino Fundamental, com a idade entre seis e quatorze anos, estão em período de formação em um cenário de muitas mudanças, consolidando o que já adquiriram nas fases anteriores e ampliando as aquisições cognitivas, emocionais e sociais. Ao considerarmos os estudos de Vygotsky (1996), entendemos que o sujeito se constitui nas relações sociais. O desenvolvimento da criança ocorre na relação entre o que é individual e coletivo. Portanto, as experiências culturais e educacionais se entrelaçam num processo de aprendizagem e de desenvolvimento do sujeito.

Nessa perspectiva, a educação escolar, enquanto prática social, é o espaço em que a criança aprende e interage socialmente. O processo de aprender é mediado por instrumentos e signos, por pessoas, sentidos e significados que constituem a relação entre pensamento e linguagem. Para Voigt *et al.* (2019), as Tecnologias Digitais (TD) são artefatos culturais que afetam a subjetividade, de tal forma que estão inseridas nas políticas educacionais e no cotidiano das escolas. Segundo os autores, as tecnologias e demais utensílios e dispositivos que nos cercam, e que estão diariamente disponíveis em nosso ambiente, modificam nossa experiência com o mundo, afetando nossa subjetividade. É inevitável que tantas informações e dispositivos e nossa interação com eles modifiquem nossa forma de agir, pensar e aprender.

Na sociedade atual, as formas de socialização, a construção de conhecimento e a apreensão do mundo, bem como os valores específicos das crianças, também se constroem nos diferentes espaços da cultura digital, o que implica pensar nas diferentes formas de consumo e nas interações em redes.

Castells (1999), ao descrever as mudanças do perfil de crianças da atualidade comparando com as de trinta anos atrás, alerta para o fato de que as de hoje já nascem cercadas por artefatos tecnológicos que fazem parte de sua vida cotidiana, diferente das crianças das gerações anteriores.

Resultados de pesquisa indicam que as crianças têm utilizado as TD dentro e fora da escola. A pesquisa de Pimentel e Costa (2018) sobre as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação foi realizada, em 2015, com 54 crianças do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola particular. Os dados analisados pelos pesquisadores indicaram que

[...] as crianças têm dado significados diferentes para as mesmas TDIC quando as usam em contextos diferentes, registrando um descompasso entre escola e extraescolar. Constata-se que a escola continua numa relação paralela com a cultura digital (Pimentel; Costa, 2018, p. 135).

Todavia, os autores alertam que não podemos considerar que todas as crianças que nasceram nesta era digital têm acesso às tecnologias nas mesmas condições, especialmente quando se trata daquelas que pertencem a uma classe socioeconômica menos privilegiada, implicando numa limitação de acesso às TD, inclusive nas escolas. Estas crianças podem ser reconhecidas como excluídas

digitalmente, apesar de pertencerem à geração das crianças da cultura. Portanto, é ainda mais premente que a escola promova a educação tecnológica para essas crianças, a fim de que possam ser incluídas na cultura digital que nos constitui socialmente.

A cultura digital é a quinta competência abordada na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) e tem como objetivo de promover a educação tecnologia e incentivar o uso das tecnologias. A BNCC reconhece o importante papel do digital e estabelece que o estudante seja capaz de compreender e utilizar as tecnologias de maneira crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (Brasil, 2018). Assim sendo, o documento enfatiza a importância dessa competência para tornar os alunos não somente usuários, mas pessoas conscientes sobre o impacto e o poder que o digital tem na nossa relação com a realidade. Essa competência reverbera o reconhecimento e necessidade de os alunos desenvolverem habilidades digitais essenciais para a sociedade contemporânea. Sendo assim, a educação nas escolas precisa proporcionar não apenas o entendimento básico da tecnologia, mas também a capacidade crítica de utilização ética e reflexiva.

A BNCC, ainda, destaca que a formação sobre cultura digital é necessária para que o aluno seja capaz de se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018). O que nos leva a perguntar: como a escola e os educadores podem promover esse processo?

Um dos passos é a escola incluir o conceito de cultura digital no Projeto Político Pedagógico (PPP). O PPP é um documento que segue as diretrizes curriculares oficiais, censo elaborado com base na realidade e necessidade de cada instituição, a fim de atender às necessidades da comunidade escolar, e deve ser construído coletivamente com a participação de gestores, docentes, funcionários, pais e estudantes. O PPP é uma diretriz fundamental da instituição, e deve refletir uma visão clara de como a cultura digital será integrada à metodologia de aprendizagem. Na produção, confecção do PPP, sob o pilar da tecnologia, é possível alinhar as propostas de inserção de aparatos tecnológicos e atividades na comunidade escolar de maneira integral, definindo objetivos e metas práticas que impulsionam a educação, conduzindo-o a um ambiente digital. Além disso, não basta reconhecer a importância das tecnologias e estar motivado para sua inserção e utilização no contexto escolar,

mas também, é imprescindível ter conhecimento tecnológico, sem o qual será difícil a tomada de decisão fundamentada e esclarecida diante da prática.

Ao pensarmos em prática, logo nos remetemos ao professor como sendo o principal ator no processo ensino aprendizagem, assumindo o papel de facilitador da construção do conhecimento pelo aluno e não um mero transmissor de informações. Apesar de serem múltiplos fatores envolvidos na criação de condições necessárias para a utilização educativa das tecnologias no contexto escolar atual, é fundamental a decisão individual de cada educador, se fazendo fator determinante nesse processo, pois é preciso que o educando tome posse do conhecimento que precisa ser feito com as tecnologias disponíveis, para depois articulá-las com os objetivos curriculares. O domínio de técnicas inovadoras e a atualização contínua de conhecimentos, fazem parte de rotina de trabalho docente. Porém, segundo Almeida (2000, p. 109),

[...] mesmo o professor preparado para utilizar o computador para a construção do conhecimento é obrigado a questionar constantemente, pois com frequência se vê diante de um equipamento cujos recursos não consegue dominar em sua totalidade. Além disso, precisa compreender e investigar os temas ou questões que surgem no contexto e que se transformam em desafios para sua prática uma vez que nem sempre são de seu domínio, tanto no que diz respeito ao conteúdo quanto à estrutura.

Libâneo (1994, p. 309) afirma que: “[...] o grande objetivo das escolas é a aprendizagem dos alunos, e a organização escolar necessária é a que leva a melhorar a qualidade dessa aprendizagem”.

A necessidade e função criada pelo uso da TD para as escolas e educadores, é saber como aplicar todo o potencial existente no sistema educacional, especialmente nos seus componentes pedagógicos e processos de ensino e de aprendizagem. Moran (2000, p. 63), há mais de duas décadas, afirmou que

ensinar com as novas mídias será uma revolução se mudarmos simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino, que mantêm distantes professores e alunos. Caso contrário, conseguiremos dar um verniz de modernidade, sem mexer no essencial.

Essa observação feita pelo autor ainda é verdadeira, considerando que o uso das TD nas práticas pedagógicas tem ocorrido com base numa visão tradicional de ensino, baseada no pressuposto de transmissão do conhecimento, conforme

podemos verificar em resultados de pesquisas como de Cipriani *et. al* (2021), que será detalhada adiante.

2.3 Ensino remoto na Educação Básica

Para conter a propagação do SARS-CoV-2, a suspensão das aulas presenciais e a adoção do ensino remoto foram vitais para a continuação das atividades escolares durante a pandemia. O uso das TD foi uma das ferramentas utilizadas pelas redes de ensino tanto públicas quanto particulares, todavia, nem todos os estudantes brasileiros tinham acesso aos recursos tecnológicos.

No período de 2020 e 2022, foram desenvolvidas inúmeras pesquisas sobre os impactos da pandemia na educação básica. Para esta pesquisa foi realizado um levantamento de artigos científicos, publicados de 2020 a 2022, no portal de periódicos *Electronic Library Online - SciELO* e no *Portal de Periódicos da Capes*. Para tanto, foram utilizados os descritores: *impactos, pandemia, educação básica, tecnologias digitais* com o operador booleano *and*. No primeiro momento, surgiram 15 artigos no *Electronic Library Online – SciELO* e 50 artigos no *Portal de Periódicos da Capes*. Ao ler os títulos e as palavras-chave, foram selecionados 07 artigos, sendo os que mais se aderem ao objeto de investigação, sendo que optamos por acessar a revista onde foram publicados, conforme segue apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Artigos selecionados das Plataformas Scielo e Capes

TÍTULO	AUTORES	ANO	REVISTA
Pandemia da covid-19 e o ensino remoto emergencial: Mudanças na práxis docente.	RONDINI, Carina Alexandra; PEDRO, Ketilin Mayra; DUARTE, Cláudia dos Santos.	2020	Interfaces Científicas – Educação
Perspectivas Docentes Sobre o Uso das TDIC na Educação Básica em Tempos de Pandemia do COVID-19.	OLIVEIRA, Diana Nara da Silva; MELO, Carla Gardênia da Silva; RIBEIRO, Luís Távora Furtado; ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de; BASÍLIO, Edvar Ferreira; LIMA, Carlos Rochester Ferreira; CASTRO, Edna Ribeiro de; GABRIEL NETO, José Antônio.	2020	Research, Society and Development

Educação escolar em tempos de pandemia: direito à educação, ensino remoto e desigualdade social	RODRIGUES, Cesar Augusto	2022	Roteiro
Diários de professores(as) na pandemia: registros em cadernetas digitais de trabalho e saúde.	SOUZA, Katia Reis de; SANTOS, Gideon Borges dos; RODRIGUES; Andréa Maria dos Santos; FELIX, Eliana Guimarães	2022	Educação [online]
Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da covid-19.	TROITINHO, Maria C. R.; SILVA Ivonilce B.; SOUZA, Maiana Maia; SANTOS, Adriana D. S.; MAXIMINO, Caio.	2021	Trabalho, Educação e Saúde
Atuação Docente na Educação Básica em Tempo de Pandemia	CIPRIANI, Flávia Marcele, MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CARIUS, Ana Carolina	2021	Educação & Realidade

Fonte: Primária (2023)

Verificamos que os estudos relatados nos artigos listados no quadro 01 ~~XX~~ apontaram mudanças consideráveis no processo de ensino e aprendizagem com a adoção do ensino remoto. Os principais resultados serão apresentados e discutidos a seguir.

Rondini *et al* (2020) evidenciaram nos dados coletados em sua pesquisa que os professores tiveram dificuldade de se adaptar às mudanças tão abruptas resultantes da transição do ensino presencial para o uso das TD. Os pesquisadores, também, ressaltaram a dificuldade de que eles tiveram em lidar com as desigualdades sociais dos alunos, pois alguns não possuíam acesso às tecnologias. Essa indisponibilidade implicou a não realização das atividades pedagógicas, impedindo de se desenvolver um ensino para todos.

Os pesquisadores alertam que as TD podem não terem dado conta de proporcionar um processo educacional pleno aos estudantes, pois a escola deve ser vista como o espaço de conhecimento, formação cultural e experiências emancipatórias e cidadãs.

Não se trata aqui de utilizar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de

civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e, sobretudo, os papéis de professor e de aluno (Lévy, 2005, p. 172).

Nas mazelas brasileiras, nem todos os alunos, nem todas as casas, nem todas as famílias possuem estruturas financeiras para o pagamento e manutenção de uma boa internet. Há mais de uma década Moran, Masetto e Behrens (2000) já alertavam para essa diversidade e para a importância de programas e políticas públicas governamentais que subsidiassem o acesso da escola pública a esse universo tecnológico.

O primeiro passo é procurar de todas as formas tornar viável o acesso frequente e personalizado de professores e alunos às novas tecnologias, notadamente à internet. É imprescindível que salas de aula conectadas, salas adequadas para pesquisa, laboratórios bem equipados. Professores e alunos necessitam de financiamentos públicos, privados – com juros baixos – e apoio de organizações sociais e não governamentais. (Moran; Masetto; Behrens, 2000, p. 50)

A pesquisa de Souza *et al.* (2022), realizada com 146 professores da educação básica e do ensino superior desenvolvida em escolas e universidades no Rio de Janeiro, revelou que o período pandêmico fez com que professores vivenciassem o aprofundamento de diferentes formas de opressão, precarização e intensificação do trabalho docente, o que impacta a saúde e nas condições de vida deles. Da mesma forma, a pesquisa de Oliveira *et al.* (2020) constatou que houve impacto na saúde psicológica dos professores em decorrência do esforço de adaptação ao ensino remoto. Para os pesquisadores, isso ocorreu em função da falta de um delineamento em relação às ações a serem desenvolvidas no período de suspensão das aulas presenciais. Troitinho *et al.* (2021) ressaltam que, ao analisar as condições de saúde autorrelatadas pelos docentes participantes da pesquisa, houve um número expressivo de professores com hipertensão, episódios de tristeza, ansiedade e dificuldade no sono.

A crise instaurada pela Covid 19 produziu nas escolas um cenário de muitas mudanças. Nesta esteira, apresentamos como um dos maiores desafios a imposição da exigência de um novo perfil que devem ter os professores para ministrar aulas nesse contexto de contradições vivenciadas dentro e fora do espaço escolar (Valle; Marcom, 2020, p. 142).

Com relação às políticas públicas e o direito à Educação, as pesquisas de Alves *et al.* (2020) e de Rodrigues (2022) apontaram que a redução do financiamento da

Educação foi sentida ainda mais no período pandêmico, especialmente no que se refere à falta de investimentos na formação continuada de professores, valorização da profissão docente e na infraestrutura das escolas. Essas condições afetaram a permanência e o acompanhamento dos estudantes, deixando de atender ao direito constitucional à educação de qualidade.

As pesquisas também trouxeram questões voltadas para a formação continuada ofertada no período pandêmico. As ações de formação foram aligeiradas e insuficientes para atender às demandas das práticas pedagógicas. A formação teve como foco aspectos instrumentais do uso das tecnologias digitais, o que não se mostrou suficiente, pois é necessário mais suporte aos docentes, como verificaram Cipriani, Moreira e Carius (2021). Porém Oliveira *et al.* (2020) observaram que no processo de adaptação dos docentes ao ensino remoto, mesmo com a falta de familiaridade com as tecnologias digitais, houve aprendizado com e sobre os recursos tecnológicos.

Os autores dos artigos encontrados nesta investigação enfatizam a dificuldade que os professores tiveram em envolver os alunos no processo de aprendizagem. Apesar da possibilidade da interação pelas tecnologias digitais, Cipriani, Moreira e Carius (2021) mostram que o ensino remoto não foi satisfatório para a educação básica, uma vez que restringiu o olhar atento do professor, o que limitou práticas pedagógicas que fortalecesse a participação dos alunos, a aprendizagem e os processos avaliativos.

Com base nos artigos estudados percebeu-se que o país viveu um período desafiador, especialmente na educação básica. Professores foram expostos a condições de trabalho desgastantes, houve sobrecarga de atividades e falta de capacitação adequada para uso de tecnologias digitais, algo imprescindível para que se pudesse viabilizar a oferta educativa. Dentre os impactos estão o adoecimento dos professores, a precarização das condições de trabalho e a desvalorização do trabalho docente.

Os alunos, muitos sem acesso à internet de qualidade ou sem equipamentos adequados, foram afetados na sua formação integral. Ainda de acordo com as pesquisas encontradas neste estudo, a adesão ao ensino remoto serviu para acentuar problemas relacionados às desigualdades educacionais que já eram percebidas antes da pandemia. Observou-se que o acesso à internet e às tecnologias digitais não são,

de fato, para todos. Com isso, as práticas pedagógicas foram afetadas e o processo de ensino e aprendizagem, em muitos casos, não aconteceu.

Conforme indicado nos trabalhos, a formação continuada ofertada durante o período pandêmico não foi suficiente para atender às demandas daquele momento. Ao levar em conta os impactos da pandemia, os pesquisadores ressaltaram a necessidade de investimentos e de políticas públicas que contemplassem a formação inicial e continuada de docentes para o uso das tecnologias digitais, bem como as condições materiais, como infraestrutura das escolas. Tais condições são indispensáveis para atender às demandas educacionais que possibilitem a inserção de professores e estudantes num mundo digital.

As pesquisas relatadas acima foram desenvolvidas com 146 professores, dos quais 114 eram do sexo feminino e 32 do masculino. Predominando as mulheres em todas as etapas e níveis da Educação, da educação básica e do ensino superior desenvolvida em escolas e universidades no Rio de Janeiro, o que nos indicam que, mesmo tendo ocorrido em contextos distintos, alguns achados se repetiram. Por outro lado, embora nenhum artigo se propôs a relatar a proposta do ensino remoto adotada pelo sistema ao qual as escolas pesquisadas estivessem ligadas, os resultados obtidos entrelaçam com a análise que nos propusemos a realizar sobre as diretrizes e orientações promovidas pela Secretaria de Educação de Joinville/SC para as escolas municipais.

2.4 Currículo da Rede Municipal de Ensino de Joinville/SC e a pandemia

A educação desdobrou-se de várias maneiras para se adaptar às novas demandas da sociedade dentro do contexto pandêmico em que vivenciamos entre 2020 e 2021, quer seja em relação à prática pedagógica ou quer seja em torno das motivações e objetivos das mudanças nos sistemas de ensino mundial. Esse momento desafiador forçou as redes públicas e privadas de ensino a continuarem o desenvolvimento curricular, adotando procedimentos emergências e, por vezes, sem tempo hábil para proporcionar uma formação adequada aos professores a fim de que pudessem planejar e ofertar atividades pedagógicas que suprissem as necessidades de aprendizado dos alunos em meio ao isolamento.

Para que o currículo escolar se concretize, enquanto elemento de real contribuição aos processos educacionais, ele deve ser readaptado perante as

emergentes transformações vivenciadas pela sociedade que, mesmo tendo de lidar com o sentimento de aflição, não poderá ser desamparada, também, pela classe docente (Batistoni *et al.*, 2020).

Moreira e Candau (2006) apresentam no texto *Currículo, conhecimento e cultura*, algumas definições referentes a currículo, a partir da concepção de cultura como prática social, ou seja, como algo que, em vez de apresentar significados intrínsecos, como ocorre, por exemplo, com as manifestações artísticas, a cultura expressa significados atribuídos a partir da linguagem. Em poucas palavras, essa concepção é definida como

[...] experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes (Moreira; Candau, 2006, p. 22).

Assim, definida a ideia sobre cultura, os autores determinam currículo como: conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais. O currículo é um fundamental instrumento, gerador no processo de construção da identidade do (a) estudante (Moreira; Candau, 2006, p. 27).

Currículo refere-se, portanto, a criação, recriação, contestação e transgressão (Moreira, 2008). Segundo a LDB (Brasil, 2017), toda política curricular é uma política cultural, pois o currículo é fruto de uma seleção e produção de saberes: campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre pessoas concretas, concepções de conhecimento e aprendizagem, formas de imaginar e perceber o mundo. Assim, as políticas curriculares não se resumem apenas a propostas e práticas enquanto documentos escritos, mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplas singularidades no corpo social da Educação.

Segundo esse referencial nacional, o Currículo da Rede Municipal de Ensino de Joinville, se estabeleceu como um documento que visa normatizar e sistematizar o conjunto contínuo de situações de aprendizagem (Joinville, 2022). Construído coletivamente por professores, gestores, supervisores escolares, técnicos e coordenadores pedagógicos da Rede Municipal, alinha-se ao processo de

implementação da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018). Consiste em uma abordagem sócio-histórica guiados pelo trabalho de Vygotsky e seus colaboradores, com ênfase no desenvolvimento humano e os processos de aprendizagem.

Esse documento foi dividido em oito arquivos distintos, de acordo com a divisão de capítulos, sendo eles: O Currículo no Contexto da Educação Básica, As Modalidades da Educação Básica, As Etapas da Educação Básica, Área: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.

Diante da situação da pandemia do COVID19 que assolava o mundo, em consequência disso, em Joinville foram tomadas algumas medidas diante do cenário educacional municipal. Em 1º de abril de 2020, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 934 que estabelecia normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública desobrigando o cumprimento dos duzentos dias letivos pelas Instituições de Ensino.

Em 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o Parecer CNE/CP nº 05/2020 que dispunha sobre a reorganização do calendário escolar dando possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19 (Brasil, 2020). Sendo assim,

[...] o Conselho Municipal de Educação de Joinville aprovou em 30 de março de 2020 a Resolução 844/CME/2020, que dispunha sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação do Município de Joinville, SC, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19) (Joinville, 2020a, p. 1).

Também em 30 de março deste mesmo ano, o Conselho Municipal de Educação do Município de Joinville, aprovou o Parecer 012/CME/2020 que dispunha sobre normas quanto à reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global de Coronavírus COVID19, apontando a necessidade de haver consonância entre as atividades não presenciais e o cumprimento das oitocentas horas de atividades escolares, carga horária esta mínima anual prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Joinville, 2020a, p. 1-2).

Com relação à aprendizagem dos alunos, o Parecer CNE/CP nº 5, de 28 abril de 2020, orientava:

Neste sentido, as avaliações e exames de conclusão do ano letivo de 2020 das escolas deverão levar em conta os conteúdos curriculares

efetivamente oferecidos aos estudantes, considerando o contexto excepcional da pandemia, com o objetivo de evitar o aumento da reprovação e do abandono no ensino fundamental e médio. Sugere-se também que os sistemas de ensino desenvolvam instrumentos avaliativos que podem subsidiar o trabalho das escolas e dos professores, tanto no período de realização de atividades pedagógicas não presenciais como no retorno às aulas presenciais, a saber: * criar questionário de autoavaliação das atividades ofertadas aos estudantes no período de isolamento;

* ofertar, por meio de salas virtuais, um espaço aos estudantes para verificação da aprendizagem de forma discursiva;

* elaborar, após o retorno das aulas, uma atividade de sondagem da compreensão dos conteúdos abordados de forma remota;

* criar, durante o período de atividades pedagógicas não presenciais, uma lista de exercícios que contemplem os conteúdos principais abordados nas atividades remotas;

* utilizar atividades pedagógicas construídas (trilhas, materiais complementares etc.) como instrumentos de avaliação diagnóstica, mediante devolução dos estudantes, por meios virtuais ou após retorno das aulas;

* utilizar o acesso às videoaulas como critério avaliativo de participação através dos indicadores gerados pelo relatório de uso;

* elaborar uma pesquisa científica sobre um determinado tema com objetivos, hipóteses, metodologias, justificativa, discussão teórica e conclusão;

* criar materiais vinculados aos conteúdos estudados: cartilhas, roteiros, história em quadrinhos, mapas mentais, cartazes; e

* realizar avaliação oral individual ou em pares acerca de temas estudados previamente (Joinville, 2020a, p. 2-3)

Percebemos que as indicações feitas pelo Conselho foram adotadas pela rede municipal de Joinville e apontaram que houve a adaptação do currículo e dos processos pedagógicos, conforme o Parecer SEI N° 7826289/2020 - SED.UAC de 08 de dezembro de 2020 (Joinville, 2020a).

No que se refere à avaliação de aprendizagem, podemos verificar uma reorganização do Calendário Escolar e da viabilidade de aferir atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa analisou a proposta do ensino remoto com uso das tecnologias digitais adotada durante a pandemia na rede municipal de educação da cidade de Joinville/SC. Tal processo aconteceu por meio de estudos bibliográficos, análises documentais e pesquisa de campo.

A pesquisa foi de abordagem qualitativa, pois nos possibilitou compreender aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano (Gatti; André, 2010). As autoras defendem que o fenômeno educacional é objeto de pesquisa no campo da significação dada pelos sujeitos, de tal modo que os resultados não estão prontos, mas em construção. O olhar do pesquisador estará voltado para o processo da produção dos dados. Ou seja, a pesquisa qualitativa a descrição dos dados, que são produzidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

A história oficial da fundação da cidade, segundo Böbel (2001), está registrada como tendo ocorrido em 9 de março de 1851, com a chegada dos primeiros imigrantes da Alemanha, Suíça e Noruega, a bordo da barca *Colon*. A nova terra foi denominada *Colônia Dona Francisca*, em homenagem à princesa Francisca Carolina, filha de D. Pedro I e herdeira de uma área de 25 léguas quadradas. As terras faziam parte do dote de casamento da princesa com o príncipe François Ferdinand Phillippe Louis Marie, de Joinville (cidade situada na França). Os primeiros colonizadores europeus chegaram às terras brasileiras dois anos depois, juntando-se a portugueses e indígenas já estabelecidos na região. A chegada dos imigrantes à região foi possível depois de o príncipe ceder, em 1849, oito léguas de área para a *Sociedade Colonizadora Hamburguesa*, de propriedade do senador Christian Mathias Schroeder (Böbel, 2001).

Joinville é um município localizado na região norte do estado de Santa Catarina. Sua população, conforme o último censo do IBGE de 2022, era de 616.323 habitantes, à frente da capital Florianópolis, e é a terceira mais populosa cidade da Região Sul do Brasil atrás apenas de Porto Alegre e Curitiba (da qual é distante apenas 130 quilômetros, sendo assim, mais próxima da capital paranaense do que a do próprio estado). Segundo o IBGE ([2023]), sua densidade demográfica é de 546,41 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando uma área de 1.127,947 quilômetros quadrados.

Ainda, a cidade possui um elevado índice de desenvolvimento humano (0,809) entre os municípios brasileiros (IBGE, [2023]).

No que se refere à educação, segundo os dados disponíveis pelo INEP (2022), a taxa de escolarização se apresentam conforme o Quadro 2:

Quadro 2 – Taxa de escolarização

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] ---	97,3 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021] -----	6,7
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021] -----	5,6
Matrículas no ensino fundamental [2021] -----	73.543 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021] -----	21.749 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021] -----	3.039 docentes
Docentes no ensino médio [2021] -----	1.398 docentes
Número de estabelecimentos públicos? de ensino fundamental [2021] -----	149 escolas
Número de estabelecimentos públicos? de ensino médio [2021] -----	51 escolas

Fonte: Primária (2023).

Esta pesquisa se pauta em estudo documental e de campo. O estudo documental possibilita, segundo Cellard (2008), o acesso a uma realidade passada, que ajuda a compreender a atividade humana em determinado momento histórico, no caso desta pesquisa, no momento da pandemia em 2021 e 2022.

Para tanto foi acessado o documento orientador Plano Municipal de Contingência (PLANCON), documento referencial para prevenção, monitoramento e controle da disseminação da COVID-19 nos estabelecimentos os diversos níveis de Educação/Ensino, emitido pela SED de Joinville, no período pandêmico. A fim de obter mais informações das situações vivenciadas, optamos por realizar uma entrevista semiestruturada com quatro gestores da SED de Joinville.

A coleta de dados por meio de entrevista é uma técnica que se constitui em uma conversa entre pesquisador e participantes com vista a compartilhar informações e construir conhecimentos. Para esta pesquisa, optamos pela entrevista semiestruturada, pois a partir de um roteiro a entrevista pode contemplar as finalidades da pesquisa (Minayo; Costa, 2018).

A escolha por entrevistar gestores se deu porque esses profissionais orientaram as escolas para continuidade das aulas, propuseram metodologias, materiais didáticos, formação para os professores entre outras ações que se fizeram necessárias durante a suspensão das aulas presenciais.

Para salvaguardar o anonimato dos entrevistados, os gestores (G) entrevistados foram denominados como sendo G1, G2, G3 e G4. Em seguida, apresentaremos brevemente o perfil de cada entrevistado. G1 tem graduação em licenciatura e mestrado em educação. Tem experiência como professor no Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio. Está no cargo de gestão na Secretaria há cerca de três anos. A entrevistada G2 é licenciada em Pedagogia, possui experiência como professora de Educação Inclusiva e formação de professores leigos. Está no cargo de Gestão e Supervisão Escolar há doze anos na rede municipal de Joinville. G3 possui magistério, também é licenciada em Pedagogia, possuindo duas especializações. Em 2023, fez trinta anos dedicados a educação dentro do município de Joinville, como professora e efetiva, concursada. G4 é licenciada em Pedagogia, com especialização e Psicopedagogia, e mestre em Educação.

Antes de iniciar as entrevistas, entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo B), o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética, projeto de pesquisa nº 5769414 (Anexo A). As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

A análise dos dados seguiu a ordem da análise interpretativa do conteúdo. Segundo conceitua Bardin (2009), a Análise de Conteúdo consiste no destaque da semântica dos discursos e características conceituais das narrativas dos sujeitos envolvidos e da documentação. Pelo próprio percurso de análise que Bardin delinea, procurou-se realizar uma leitura geral/flutuante e a sistematização dos documentos e das entrevistas. Considerando os objetivos da pesquisa, os procedimentos foram fundamentados nas três etapas da Análise de Conteúdo indicadas por Bardin (2009), sendo elas: a) pré-análise, que consiste na organização do material, como leitura flutuante, escolha do que será utilizado e identificação de recorrências e contradições; b) exploração do material, quando são identificados indicadores e categorias; c) tratamento dos resultados é o momento de se debruçar sobre os resultados, interpretando e fazendo inferências.

Assim, decidimos pelo agrupamento em temáticas que emergiram da interpretação das narrativas e da documentação por aproximação ou distanciamentos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, buscamos analisar e discutir os dados produzidos a partir das entrevistas com os gestores intercalando com os referências teóricos e a documentação que tivemos acesso.

4.1 Proposta do Ensino Remoto da Secretaria de Educação de Joinville/SC

Joinville/SC, *lócus* da pesquisa, é uma cidade com cerca de 600 mil habitantes, terceiro maior polo industrial na região sul do Brasil, com bons índices educacionais, especialmente, das escolas municipais, como pode ser observado no quadro 2, ao apontar os índices do IDEB de 2021 do Ensino Fundamental do município de Joinville dos anos iniciais de 6,7 e dos anos finais de 5,6 . Com a pandemia, a preocupação da equipe da Secretaria de Educação era manter os vínculos com as famílias e com os estudantes; para isso, promoveram-se diversas ações. Essa repentina alteração, causou mudanças significativas nas formas e condução das atividades educativas, antes exercidas no ensino presencial.

Neste novo contexto, surgiu a necessidade do ensino remoto, no qual fomentou o remanejamento de forma radical, para muitos professores e alunos, do processo de ensino e de aprendizagem, agora com a necessidade do uso de tecnologias e de novos procedimentos didáticos.

A Secretaria de Educação de Joinville estabeleceu o PLANCON-EDU/COVID-19-Joinville (Joinville, 2020b), que definiu estratégias, ações e rotinas que foram adaptadas para cada escola e aplicadas de modo articulado, em cada fase da evolução da pandemia. Assim, objetivos específicos foram definidos e listados dentro do documento, entre os quais destacamos:

- Estabelecer um Sistema de Comando Operacional que oriente, acompanhe, monitore e avalie as dinâmicas e ações definidas e sua aplicação no município em especial, na retomada de atividades presenciais;
- Assegurar informação constante de boletins atualizados e outros materiais sobre a pandemia, formas de contágio e formas de prevenção;
- Garantir uma eficiente comunicação interna (com escolas do município e seus alunos, professores e funcionários) e externa (com pais e população em geral);

- Determinar quais os recursos necessários e possíveis a serem mobilizados para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada à COVID-19;
- Planejar ações gerais de resposta/mitigação e recuperação, aplicáveis e adaptáveis pela generalidade dos estabelecimentos de ensino, com devidas adaptações, por eles promovida;
- Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente aos resultados esperados (Joinville, 2020b, n.p.).

Na fala dos gestores, há o reconhecimento da importância de ter sido elaborado esse documento norteador, conforme G2 (2023) declara: “O *PLANCON* era nosso orientador maior, era nosso norteador.”

Podemos entender que o papel da Secretaria de Educação foi crucial para orientar os gestores e os professores a darem continuidade as aulas, considerando que o Ministério da Educação forneceu poucas orientações.

Já no primeiro ano da pandemia, em 2020, Joinville adotou o modelo de ensino remoto nas escolas. Constatamos que houve uma busca pela efetivação do direito à Educação, conforme explicita G4 (2023):

As implicações da crise obrigaram a Secretaria Municipal de Educação de Joinville a repensar o formato e a disponibilização das aulas remotas e a planejar como essa informação chegaria a todos (profissionais e famílias) de maneira efetiva.

Nesse período, alunos e professores tiveram que se adaptar a desenvolver práticas remotas, basicamente efetuadas por meio de computadores, celulares e tablets. Podemos afirmar através dos dados produzidos nesta pesquisa, que a Secretaria de Educação de Joinville foi rápida em ofertar e substituir em grande escala novos notebooks para os profissionais desenvolverem o trabalho pedagógico naquele momento. Podemos ver isso nas falas dos entrevistados, como G3 (2023) quem nos elucida ao afirmar: “A rede destinou as escolas materiais como notebooks mais novos e potentes aos que já tínhamos, substituindo os antigos. Isso foi providencial para poder darmos início ao que era proposto”.

Um dos instrumentos utilizado no início da pandemia em 2020 pela rede foi o aplicativo *Google Classroom*. Trata-se de uma ferramenta on-line gratuita que auxilia professores, alunos e escolas em um espaço para a realização de aulas virtuais. Por meio dessa plataforma, as turmas podiam se comunicar e manter as aulas a distância, compartilhando atividades. As atividades que eram compartilhadas no *Google*

Classroom vinham da Secretaria de Educação, mas os professores tinham autonomia para se adaptarem de acordo com cada realidade.

As professoras tiveram autonomia para confeccionar juntas os módulos de acordo a cada segmento, dentro do que a secretaria municipal de educação fomentou como currículo naquele ano. Estudou-se no currículo o que era prioritário para aquela situação naquele momento, e assim era desenvolvida as aulas a atividades. Os módulos confeccionados eram replicados (G3, 2023).

Os professores elaboravam atividades que eram postadas, além de produzirem vídeos com explicações sobre o conteúdo, como podemos comprovar na fala de G1 (2022): “Na plataforma, os professores faziam aulas síncronas, expunham o material, disponibilizavam vídeos e gravava, vídeos. Tudo para dar suporte para esses alunos que estavam em casa.” Porém, identificamos que os gestores da Secretaria revisaram os materiais, tanto de conteúdo como gramaticais, produzidos pelos professores além de elaborarem materiais que disponibilizavam, conforme explicita G2 (2023):

As atividades do Classroom eram confeccionadas pelas professoras. Alguns módulos vinham prontos da secretaria, mas o professor tinha autonomia de mudar de acordo com sua realidade dentro do contexto escolar. Essas atividades passavam por uma supervisão para uma revisão, antes de ser lançada na plataforma.

O grande desafio, naquele momento, era enfrentado pelos profissionais na linha de frente, os professores. Na sua maioria, não havia utilizado os recursos tecnológicos (plataformas como *Classroom* ou aplicativos para produção de vídeo aulas, por exemplo), portanto não tinham pouco ou nenhum conhecimento para usá-lo. Segundo Cordeiro (2020, p. 10),

[...] nem todos os educadores brasileiros, tiveram formação adequada para lidarem com essas novas ferramentas digitais, precisam reinventar e reaprender novas maneiras de ensinar e de aprender. Não obstante, esse tem sido um caminho que apesar de árduo, é essencial realizar na atual situação da educação brasileira.

Com a implantação do ensino remoto pela rede pública de educação de Joinville, os gestores da Secretaria e das escolas precisaram aprender para auxiliar os professores. Quando G4 (2023) menciona que “*Aprendemos a fazer, fazendo. Não tivemos preparação e nem curso para manusear tudo aquilo. Fomos nós, por nós*”, Por outro lado, os gestores também reconhecem que foi um esforço do próprio

professor em buscar aprender. “O professor com a tecnologia precisou se formar durante todo esse processo” (G1, 2022).

Troitinho *et al.* (2021, p. 16) dizem que o professor precisou “adquirir habilidades de edição de vídeos, gerenciamento de redes sociais e produção de conteúdo que não são comumente identificadas como parte do trabalho docente”, o que sobrecarregou a rotina de trabalho. Embora a Base Nacional Comum Curricular incluía como uma das dez competências gerais a serem desenvolvidas “[...] compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais” (Brasil, 2018, p. 9), no momento inicial da implantação do ensino remoto na pandemia, os professores e a escola não estavam preparados para assumir esse modelo educacional.

Em nossa pesquisa os gestores enfatizaram que a ausência da internet, a falta de habilidade de estudantes e das famílias e conhecimento para lidar com a plataforma oferecida, foi um grande empecilho ao acesso do material compartilhado pelos estudantes. Diante dessa realidade, a Secretaria precisou elaborar um material para as famílias, conforme relata G1 (2022):

Foi necessário a constituição de um material autoinstrucional para que as famílias pudessem ajudar a maioria dos nossos alunos. Eles não têm internet. É mais apenas para responder pelo WhatsApp. Então eles não tinham um pacote de dados que dava conta de acessar a plataforma do Google Classroom.

O material elaborado pelos gestores da Secretaria era impresso e entregue junto com as atividades que os alunos deveriam desenvolver. Nele se explicava o que deveria ser orientado para que o aluno conseguisse entender a atividade.

A percepção tida por alguns gestores é de que havia uma grande disformidade social entre as famílias, pois muitas não tinham computador nem acesso à internet em casa para que as crianças desenvolvessem as aulas de forma remota. Além desse aspecto material, muitas famílias, independente do seu nível social, não tinham conhecimento ou/e disponibilidade para supervisionar as atividades pedagógicas das crianças. Diante disso, foi constatado pelos gestores, em reuniões com os professores, que uma grande maioria dos estudantes não estavam realizando as atividades na plataforma.

Com esse cenário, a Secretaria precisou usar de outras formas que o conteúdo fosse socializado e a aquisição do conhecimento não deixasse de acontecer. Foi preciso imprimir as atividades propostas pelos professores para distribuição com as famílias. Isso era feito toda semana nas unidades em cada bairro do município periodicamente em dias marcados, pois como estávamos vivendo em um momento delicado, quando não se podia aglomerar pessoas, eram agendados horários, que eram compartilhados pelos grupos de mensagens entre a gestão escolar e os pais dos alunos para essa distribuição. Eles recebiam o material com o conteúdo e as atividades em uma semana, e entregavam as atividades já feitas na outra, e assim sucessivamente. Os professores, por sua vez, analisavam e corrigiam o material recebido toda semana. G4 (2023) relatou esse processo, acentuando a preocupação com as condições sanitárias necessárias para garantir o distanciamento entre as pessoas.

Os pais que optavam pelas apostilas tinham dias fixos para recolherem as atividades na secretaria da escola. Eles pegavam em uma semana o material e tinham que devolver na outra seguinte a atividade feita, para que as professoras fizessem as correções e dessem o retorno necessário aos estudantes. Eram longas filas. Atendíamos das 8h às 17h, só entregando apostilas, pois tínhamos que seguir os protocolos de segurança sanitária. Éramos poucas (professores) in loco, nas escolas, para bastante trabalho, pois muitos professores tinham medo de sair de casa.

As correções dos professores eram entregues às famílias ou aos alunos presencialmente por agendamento, mas também davam o retorno para os alunos, muitas vezes, pelo *WhatsApp*. Isso se tornou uma prática frequente visando uma interlocução entre as famílias, alunos e escola, ressaltam G1 (2022) que “as escolas foram criadas em relação aos grupos de *WhatsApp*”.

Para G2 (2023), a criação dos grupos também foi uma forma de aproximação entre os próprios alunos, em suas palavras:

Um dos pontos positivos visto no uso desse aplicativo, é o de possibilitar o vínculo a distância entre as pessoas, é que mesmo dando continuidade à escolarização, muitas crianças e adolescentes foram abalados pela falta de convívio com os colegas de sala de aula. Os alunos assistiam às aulas por meio das videochamadas, mas estava faltando a interação com outras crianças, aquela convivência onde eles têm a sua própria linguagem.

Como já mencionado anteriormente, como os gestores perceberam que nem todos os estudantes acessavam a plataforma, por não possuírem computador em casa, a Secretaria propôs diversas ações, entre elas a distribuição de *tablets* para os estudantes, além de *chip* de celular. Para Fantin e Rivoltella (2012), há um engano em se pensar que todos têm, de forma igualitária, acesso às tecnologias digitais. Países periféricos e populações de baixa renda não pertencem ao mundo digital.

Em meados de 2021, o ensino remoto mesclou-se ao ensino híbrido. Essa nova metodologia teve como objetivo aliar métodos de aprendizado online e presencial. Vista que naquele contexto havia ainda restrições de circulação e isolamento social presentes em várias regiões do país, e as práticas de ensino estavam mediando a continuação dos estudos. Moran (2015), ressalta que o que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente.

O protocolo para retorno das atividades nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino em Sistema Híbrido foi estruturado de forma participativa, pelos integrantes do Comitê de Ações Educacionais (Portaria nº 313/2020 – SED.GAB) que se fundamentaram em parecer técnico de profissionais da área da saúde, documentos normativos, pesquisa, análise de dados e diálogos com a comunidade escolar. O principal objetivo do documento foi nortear o planejamento e organização de ações para o retorno seguro e saudável das aulas presenciais no Sistema Híbrido de Ensino da Rede Municipal e prevenir e mitigar a disseminação da COVID-19. O protocolo apresenta os Marcos Normativos, que correspondiam às normas e orientações emitidas pelos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação que direcionaram e legitimaram as ações propostas no âmbito educacional.

O modelo de ensino remoto consistiu em adotar práticas similares às de aulas presenciais, transpondo para o meio virtual parte do planejamento que o professor elaborou para as turmas com as quais trabalha. Por ter sido adotado emergencialmente durante a pandemia, ele é compreendido por Hodges *et al.* (2020) como sendo temporário, com o intuito de entregar um ensino possível diante da crise vivida. Para os autores, o ensino remoto emergencial foi provisório e não houve tempo para criar uma estrutura que é exigida para ofertar o ensino a distância.

Outra ação para alcançar as crianças com maior dificuldade com acesso à tecnologia digital foi disponibilizar aulas veiculadas pela Rádio Cultura FM, concessão à prefeitura de Joinville. Segundo G1 (2022), foram “*fornecidos também conteúdo via rádio, não é pela rádio Joinville, mas pela Rádio Cultural e que cada módulo tinha uma síntese naquela semana*”. Essas aulas foram produzidas por um grupo de professores da rede municipal de educação, sob coordenação da Secretaria.

Apesar do esforço realizado pelo comitê municipal e pelos gestores da educação de Joinville, sabe-se que o acesso à educação básica durante o período da crise pandêmica foi precário. Para Rodrigues (2022), o modelo remoto adotado pela maioria das redes escolares atendeu, sobretudo, às camadas mais favorecidas da população, que dispõem de infraestrutura para dar suporte às crianças e aos jovens. A situação socioeconômica de vulnerabilidade que se encontra grande parte da população não permitiu que todos tivessem o direito à educação garantido, embora diversas legislações e ações buscassem atender a esse direito.

Diversas pesquisas comprovam que inúmeras crianças permaneceram sem aulas, por terem acesso precário aos dispositivos digitais (Rodrigues, 2022). A dificuldade do acesso à internet por algumas famílias e jovens nesse período pandêmico foi desastrosa, interferindo diretamente no processo de aprendizagem.

A situação já era desafiadora e demandava ações que viabilizassem a chegada de informações, materiais e conteúdo para a comunidade escolar. A nova prática de educação a distância fez evidenciar as dificuldades de se ofertar um ensino de qualidade para as classes sociais menos favorecidas, pois, no contexto de isolamento social, além da falta de acesso à internet, o compartilhamento do mesmo aparelho celular para inúmeras pessoas e a carência de computadores e *tablets* foram fatores que dificultaram aos alunos em situação de vulnerabilidade apreender os conteúdos.

Nesse contexto, Rodrigues (2022) aponta que, diante da realidade imposta pela situação de pandemia, as limitações que existem no processo de ensino e aprendizagem se tornaram mais evidentes e intensificadas pelas desigualdades sociais.

4.2 O processo de escolarização dos estudantes do Ensino Fundamental de Joinville/SC no momento pandêmico

Apesar da pandemia da COVID-19 ter afastado diversos alunos da sala de aula, ela também acelerou processos de inovação tecnológica na Educação. Isso porque antes já existia o modelo de educação à distância, especialmente para o ensino superior. A realidade pandêmica fez com que fossem pensadas novas soluções, que se tornaram mais práticas e acessíveis diante dos desafios do contexto escolar que estava sendo vivido naquele momento.

Normalmente, uma situação que já é ruim tende a se agravar quando aparece o inesperado. No caso da pandemia de COVID-19, a realidade foi repensada em âmbito mundial. Cunhou-se a expressão “novo normal”, que passou a fazer parte da linguagem corrente para designar o novo modo de viver no período pós-pandemia. Além disso, sentimentos e necessidades que estavam latentes vieram à tona; mudanças que não ocorreriam senão daqui a vários anos passaram a ser cogitadas em caráter de urgência, enfatiza Trezzi (2021).

O resultado da pesquisa divulgada, em abril de 2021, pela UNICEF em parceria com o CENPEC, indicou que 5,1 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos tiveram seu direito à Educação negado. Em novembro de 2020, época do levantamento realizado pelo IBGE, o que corresponde a 13,9% dessa parcela da população em todo o Brasil. Desses 5,1 milhões, quase 1,5 milhão não frequentavam a escola (remota ou presencialmente); já os outros estavam matriculados, mas não tiveram acesso a atividades escolares. O estudo alerta que

[...] a exclusão escolar atinge sobretudo crianças de faixas etárias em que o acesso à escola não era mais um desafio. Dos 5,1 milhões de meninas e meninos sem acesso à educação em novembro de 2020, 41% tinham de 6 a 10 anos de idade; 27,8% tinham de 11 a 14 anos; e 31,2% tinham de 15 a 17 anos – faixa etária que era a mais excluída antes da pandemia (UNICEF, 2021, n.p.).

Além disso, de acordo com o UNICEF (2021), crianças e adolescentes pretos, pardos e indígenas correspondem a 69,3% do total sem acesso à Educação na ocasião, o que mostra que grupos já historicamente menos atendidos ficaram ainda mais vulneráveis. De acordo com o *Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020*, “[...] nunca foi tão crucial tornar a educação um direito universal e uma realidade para todos” (UNESCO, 2020, n.p.). Diante do contexto pelo qual o Brasil vem

passando, é imprescindível direcionar o olhar para os estudantes que se encontram em risco de evasão escolar, de modo a não deixar ninguém para trás.

Uma pesquisa realizada pela UNDIME-SC (União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina) apontou dados no estado sobre os impactos da pandemia nos índices de abandono e evasão escolar e o processo de retomada das aulas presenciais nos municípios catarinenses (UNDIME, 2021). O levantamento *Diagnóstico dos impactos da pandemia no abandono e evasão escolar nos municípios catarinenses* constatou que somente no ano de 2021, cerca de 8,7 mil alunos catarinenses abandonaram a sala de aula, se levada em consideração a evasão escolar total, esse número chega a 13,7 mil. O levantamento inclui alunos em creches, pré-escola, em todo o ensino fundamental, no ensino médio e nas unidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas da rede pública municipal, que totalizam 688,6 mil matrículas. Cerca de 86% dos municípios catarinenses informaram que realizaram avaliações para identificar lacunas de aprendizagem em razão da pandemia, e 82% deles instituíram programas de recuperação de aprendizado. O panorama é resultado de um diagnóstico realizado pela seccional catarinense, em parceria com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina (MPC/SC) e Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), que contou com a adesão dos 295 municípios catarinenses (UNDIME-SC, 2021).

A Secretaria de Educação de Joinville recebeu e analisou os resultados das avaliações realizadas com alunos de 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, em dezembro de 2021, para identificar os níveis de proficiência e desempenho ao fim destes três importantes ciclos da Educação Básica. O estudo demonstrou que as maiores perdas de aprendizagens ocorreram entre os alunos do 9º ano. Porém, a pandemia da COVID-19, que levou ao ensino em formato remoto durante praticamente todo o ano letivo de 2020 e em formato híbrido nos primeiros meses de 2021, também causou uma pequena redução no aprendizado dos alunos dos anos iniciais.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Joinville, participaram dessas avaliações cerca de 14,3 mil alunos. Eles responderam a questões de Língua Portuguesa e de Matemática, aplicadas em formato de teste impresso e de forma presencial. As questões foram baseadas na matriz de referência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), conjunto de avaliações realizado a cada

dois anos com alunos do 5º e 9º ano de todo o país. A comparação entre o desempenho dos estudantes de 5º e 9º foi baseada nos resultados do SAEB 2019, ano anterior à pandemia. Já para os alunos do 2º ano, o estudo foi realizado como um referencial para analisar a aprendizagem das crianças que ingressaram no Ensino Fundamental e passaram pelo processo de alfabetização entre 2020 e 2021. Isso porque a última avaliação nacional de alfabetização ocorreu apenas de forma amostral no SAEB 2019, ou seja, não contemplou todos os estudantes e escolas municipais de Joinville para gerar dados para comparação.

O estudo foi realizado pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), instituição com a qual a Secretaria de Educação firmou contrato para aplicação das avaliações em larga escala nas escolas públicas municipais de Joinville. A partir deles, foi possível identificar as aptidões e possíveis defasagens de cada aluno e planejar ações para recomposição das aprendizagens. Os dados gerados pelas avaliações somativas (de dezembro de 2021) e diagnósticas (de fevereiro de 2022) também contribuíram para que a Secretaria de Educação realizasse um diagnóstico de forma personalizada das necessidades de cada escola. Entre as ações desenvolvidas para apoiar a recuperação da aprendizagem está o projeto Aprender Mais, que teve como objetivo, potencializar o aprendizado de cada aluno para a consolidação de habilidades não desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática.

Sabemos que a defasagem escolar é um problema histórico na Educação brasileira e geraram danos significativos causados pela pandemia da Covid nos últimos anos. O programa *Tempo de Avançar* foi uma das iniciativas da Secretaria da Educação de Joinville para que os alunos com essa defasagem dos anos finais do ensino fundamental, voltassem a frequentar a série adequada na idade certa.

De acordo com G1 (2022), em 2022, cerca de 300 adolescentes se formaram pelo programa e puderam ingressar no ensino médio na idade certa. Atualmente, são 11 escolas-polo com o programa *Tempo de Avançar*, um incremento de duas novas unidades em relação ao ano passado. Os adolescentes se dividem em dois grupos: um formado por alunos que fazem o 6º e 7º anos, e outro que cursam o 8º e 9º anos. A abordagem metodológica adotada é diferenciada e o trabalho de acolhimento também, pois muitos dos alunos já tiveram sua confiança e autoestima abaladas durante o período pandêmico.

Outro aspecto observado foi em relação ao trabalho do professor, há evidências de que se intensificou o adoecimento na pandemia, tendo em vista a urgência com que esses profissionais precisaram aprender novas formas de ensinar utilizando as tecnologias digitais. G1 (2022) mencionou que:

A ansiedade de alguns professores com medo de não conseguir colocar os planejamentos no computador, de não conseguir colocar os roteiros. Dificuldade a gente tem nas competências digitais, [...] nossos professores têm muita dificuldade e isso aí acabou gerando uma certa ansiedade [...] e eu me coloco também como professor. Eu estava na Secretaria, mas eu também estava dando aula

Assim, como os professores tinham dificuldade com as tecnologias digitais e se sentiram estressados, os próprios gestores também estavam constantemente sob pressão, conforme pode ser evidenciado no desabafo de G4 (2023): *“Eu não sabia entrar no Teams. Não sabia agendar uma reunião com os professores, quase ninguém sabia. Isso era frustrante!”* Os gestores identificaram uma situação bastante evidenciada em outras pesquisas como a desenvolvida por Troitinho *et al.* (2021) que alertam para os importantes impactos na saúde mental de professores.

De acordo com os gestores, após o retorno para as aulas presenciais, os impactos da pandemia também foram percebidos no comportamento dos alunos. No relato dos participantes desta pesquisa, um dos maiores impactos foi o isolamento social e recondução dessas crianças e jovens ao âmbito coletivo.

O isolamento social foi um desafio para nós gestores, pois no retorno ao mundo real, não havia o meu mundo e sim o mundo de todos nós. Foram muitas brigas, desavenças, discussões, problemas de convivência entre eles (G2, 2023).

Em meio as mudanças em diversos aspectos da sociedade, advindas da pandemia causada pela Covid-19, principalmente no âmbito educacional, percebe-se inúmeros desafios a serem enfrentados pelos professores, que estão em uma busca frequente para adaptar-se à atual realidade de ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto educacional, em específico no município de Joinville, vivido durante os anos de 2020 e 2021 foram marcados por uma pandemia de um vírus mortal que requereu a adoção de isolamento social, transformando a rotina de todos, revelando o quanto estamos despreparados para enfrentar situações adversas como o visto. A área da Educação não está imune a isso, pois ainda precisa se adequar as inúmeras situações como a da evolução tecnológica, a necessidade de formação continuada, bem como a necessidade de capacitação profissional para lidar com a Educação.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a proposta do ensino remoto com uso das tecnologias digitais adotado durante a pandemia na rede municipal de Educação da cidade de Joinville/SC, o que pode ser alcançado haja vista o documento PLANCON e os relatos dos gestores que se propuseram a participar.

Durante o período pandêmico, o compartilhamento de informações entre a Secretaria e as escolas se davam de forma online, por meio das plataformas e aplicativos. As escolas recebiam da Secretaria Municipal de Educação materiais, módulos de conteúdos didáticos, informações a serem divulgadas para os professores, alunos e famílias. Os gestores das escolas, junto a sua equipe pedagógica, faziam essa distribuição, seja de atividades nos aplicativos como *Google Classroom*, seja na distribuição das apostilas junto às famílias em datas previstas nas unidades educacionais, seja as informações por meio do aplicativo *WhatsApp*, seja pela rádio difundindo a comunicação, sobretudo, entre a comunidade escolar. Utilizavam também de avisos impressos colados nas paredes das unidades escolares com informações importantes.

Podemos perceber nas entrevistas, que os pais e alunos em uma grande maioria não faziam o uso do *Google Classroom*, como instrumento de uso contínuo para acompanhar as aulas e realizar as atividades, devido ao precário ou quase nulo acesso à *internet*. Por esse motivo, as apostilas foram fundamentais para que o processo pedagógico continuasse em curso. No aplicativo do *WhatsApp*, e avisos impressos espalhados nas escolas eram divulgados pela gestão entre as famílias e estudantes, os dias que seriam entregues os materiais.

Os professores e os gestores das escolas faziam o acompanhamento contínuo remotamente das atividades de cada grupo, por meio das chamadas online, das entregas e assiduidades das atividades impressas realizadas pelos alunos.

Os dados produzidos no decorrer da pesquisa evidenciaram que o processo de escolarização dos estudantes no período pandêmico foi prejudicado pela carência de acesso aos meios tecnológicos, devido à desigualdade social, portanto, as condições objetivas das famílias impactaram a aprendizagem das crianças.

O número de dias de escolas fechadas, sem efetiva mediação pedagógica e educacional, também provocou um atraso na aquisição dos conhecimentos escolares, devido às limitações do ensino remoto com uso das tecnologias digitais. Esse impacto começou, de fato, a ser aferido com mais precisão a partir da abertura dos prédios escolares, ainda em 2021. A aplicação de uma Educação remota revelou as dificuldades de se ter um ensino de qualidade, em especial, para as classes sociais menos favorecidas. O isolamento social, e a falta de acesso à internet, o compartilhamento do mesmo aparelho telefônico para inúmeras pessoas de uma só família, além da carência de computadores e tablets foram fatores que dificultaram aos alunos, e um dos grandes impactos vistos.

Nesse contexto, Leal (2020) aponta que, diante da nova realidade imposta pela situação de pandemia, as limitações que existem no processo de ensino e aprendizagem tornaram-se mais evidentes, isso porque o momento acentuou ainda mais como a desigualdade social tem implicações negativas na aprendizagem de alunos em situação de vulnerabilidade econômica. Uma das medidas adotadas pelas escolas municipais de Joinville/SC, para garantir a aprendizagem e, conseqüentemente, minimizar os impactos da pandemia na Educação foi a disponibilização de materiais impressos para coleta na escola. Outro meio mais utilizado para o desenvolvimento das atividades de ensino aprendizagem foi a oferta de materiais online, acompanhadas das avaliações e testes feitos remotamente, de forma virtual ou com material físico. Com relação ao atendimento aos familiares e alunos, este foi feito virtualmente ou presencialmente de maneira escalonada, para poder continuar mantendo o distanciamento necessário, levando em consideração a crise pandêmica.

Apesar do esforço realizado pelo comitê municipal e pelos gestores da educação de Joinville, sabe-se que o acesso à educação básica durante o período da crise pandêmica foi precário.

Houve dificuldades de manter o currículo prescrito diante do contexto pandêmico. Inúmeros foram os desafios encontrados para se adequar e encontrar caminhos a serem tomados. Sendo assim, a Secretaria de Educação de Joinville/SC

optou por reduzir o conteúdo, considerando o modelo remoto e a dificuldade de acompanhamento das atividades por parte dos alunos. Essa ação pode ter comprometido o currículo ofertado nas escolas municipais, haja vista que no retorno às aulas presenciais os professores evidenciaram as defasagens na aprendizagem dos estudantes.

Os achados da pesquisa evidenciaram que houve efeitos e muitos desafios na rotina escolar. Assim, foi necessário criar contextos educativos e propostas de ensino-aprendizagem, na tentativa de dar seguimento ao currículo escolar, mesmo que de forma reduzida. Essa redução curricular também foi verificada em outros municípios brasileiros conforme indicam pesquisas relatadas neste estudo.

Os resultados desta pesquisa servem como registro do que ocorreu no período pandêmico e foi promovido pela Secretaria de Educação de Joinville para as escolas municipais. Ao se relatar os eventos nesse momento, entendemos que contribuímos com a manutenção de uma memória individual e coletiva. Essa pesquisa também pode subsidiar as ações para a gestão do município de Joinville, no sentido de promover uma educação digital mais inclusiva, tendo em vista a realidade de muitas crianças que frequentam a escola pública. A partir dos resultados obtidos, novas questões surgiram como objeto de investigação de outros estudos, tais como: as consequências na aprendizagem dos alunos, quais os mecanismos adotados pela rede municipal para mitigar as defasagens na aprendizagem e como as tecnologias digitais estão sendo incorporadas nas aulas após a experiência com seu uso no ensino remoto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elisabeth Bianconcini de. **ProInfo: Informática e Formação de Professores**. v. 1. Série de Estudos Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2000.

ALVES, Thiago, FARENZENA, Nalú; SILVEIRA, Adriana A Dragone; PINTO, José Marcelino de Rezende. Implicações da Pandemia da COVID-19 para o Financiamento da Educação Básica. **Revista de Administração Pública**, Rio De Janeiro, v. 54, n. 4, p. 979-993, jul. – ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/MzG3tpLDZxwyH6mSGn7rgrp/> . Acesso em: 15 mar. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BATISTONI, Inae; LIMA, Meire R.; BOUÇAS, Sandra; KRUPPA, Sonia. Lições da Pandemia. *Revista Educação Básica em Foco*, v.1, n. 1, p. 1-6, abr. - jun. 2020. Disponível em: <https://educacaobasicaemfoco.net.br/01/Artigos/Licoes-de-pandemia-Inae-Meire-Sandra-Sonia.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

BÖBEL, Maria Tereza. **Joinville: os pioneiros: documentos e história**. Joinville/SC: Editora Univille, 2001.

BORTOLAZZO, Sandro Faccin. O imperativo da cultura digital: entre novas tecnologias e estudos culturais. **Cadernos de Comunicação**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 2-15, 2016. DOI: 10.5902/2316882X22133. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/22133>. Acesso em: 7 fev. 2024. Acesso em: 07 out. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2010, aprovado em 7 de julho de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 28, 9 dez. 2010. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN112010.pdf?query=oferta . Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 05/2020, aprovado em 28 de abril de 2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 32, 1 jun. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [LDB]**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de

1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 26 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005**. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília: Gabinete da Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11114.htm. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular [BNCC]**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e [...]. Diário Oficial da União, Brasília, v. 114, seção 1, p. 62, 17 jun. 2020.

CAPES. **Portal de Periódicos da Capes**. [(2023)]. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008. p. 295 - 316.

CIPRIANI, Flávia Marcelle; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CARIUS, Ana Carolina. Atuação Docente na Educação Básica em Tempo de Pandemia. **Educação & Realidade**, [S.l.], v. 46, n. 2, p. e105199, 2021. DOI: 10.1590/2175-6236105199. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/tqLcF8PZfsBxsyF3ZKpyM9N/#>. Acesso em: 20 maio 2023.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino**. 2020.

FANTIN, Mônica; RIVOLTELLA, Pier Cesare (org.). **Cultura digital e escola: pesquisa e formação de professores**. Campinas: Papirus, 2012.

FERREIRA, Carla Guimarães. 2015, 175 f. **Percepções dos docentes avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): um estudo sobre o produtivismo acadêmico**. Dissertação (mestrado em Administração) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Administração

e Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. . Acesso em: 10 ago. 2023.

GATTI, Bernardete; ANDRÉ, Marli. **A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil**. Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GECDOTE. **Grupo de Pesquisa em Estudos Curriculares, Docência e Tecnologias**. Disponível em: https://www.univille.edu.br/pt_br/institucional/proreitorias/prppg/setores/pos_graduacao/mestradosdoutorado/mestradoeducacao/gruposdepesquisa/742223 . Acesso em: 10 mar. 2023.

GÓMEZ, A. I. Perez.. **Educação na era digital: a escola educativa**. Tradução: Marisa Guedes. Porto Alegre: Penso, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Joinville: panorama**. [(2023)]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama> . Acesso em: 21 maio 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisasestatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 30 maio 2022.

JOINVILLE. **Currículo da Rede Municipal de Ensino da cidade de Joinville** . Joinville: PMJ/SME, 2022. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/Prefacio-e-Introducao-Curriculo-da-Rede-Municipal-de-Ensino-de-Joinville.pdf> . Acesso em: 05 jun. 2022.

JOINVILLE. **Parecer SEI nº 7826289/2020 - SED.UAC**. Aplicabilidade do Parecer CNE/CP nº 5, de 28 abril de 2020 e Parecer CNE/CP no 11, de 7 de julho de 2020 no processo de avaliação de aprendizagem na Rede Municipal Pública de Ensino de Joinville para o ano letivo de 2020. Joinville: Prefeitura [Municipal] de Joinville, 2020a. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/public/portaladm/pdf/jornal/08887be9d891c7eb2a3314e7e4f81772.pdf> . Acesso em: 12 maio 2023.

JOINVILLE. **Protocolo para retorno das atividades nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino**. Joinville: Prefeitura [Municipal] de Joinville, 2020b. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Protocolo-para-retorno-das-atividades-nas-Unidades-Escolares-da-Rede-Municipal-de-Ensino-28082020.pdf> . Acesso em: 12 maio 2023.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. **Fundamentos Teóricos**

das Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, v. 40, n. 40, 2018. Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439> . Acesso em: 20 maio 2023.

MORAN, José Manuel. Mudando a educação com metodologias ativas. *In*: SOUZA, Carlos Alberto ; MORALES, Ofelia Elisa Torres (orgs.). **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. v. II. Ponta Grossa: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. p. 15-33. (Coleção Mídias Contemporâneas)

MORAN, José Manuel.; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus. 2000.

MOREIRA, Antonio Flavio. Qualidade na educação e no currículo: Tensões e desafios. **Anais [...] Seminário Educação de qualidade: desafios atuais**, promovido pela Novamerica, Centro Cultural Poveda e Colégio Teresiano, em 27 de setembro de 2008. Disponível em:

https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/seminariointernacional/antonio_moreira_qualidade_educ_curric.pdf . Acesso em: 07 fev. 2023.

MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

OLIVEIRA, Diana Nara da Silva; MELO, Carla Gardênia da Silva; RIBEIRO, Luís Távora Furtado; ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de; BASÍLIO, Edvar Ferreira; LIMA, Carlos Rochester Ferreira; CASTRO, Edna Ribeiro de; GABRIEL NETO, José Antônio. Perspectivas Docentes sobre o uso das TDIC na Educação Básica em Tempos de Pandemia do COVID-19. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 9, n. 12, e5191210775, 2020. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10775>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PIMENTEL, Fernando Silvio Cavalcante; COSTA, Cleide Jane de Sá Araújo. A cultura digital no cotidiano das crianças: apropriação, reflexos e descompassos na educação formal. *Interfaces Científicas. Educação*, Aracaju, v. 6, n. 3, p. 135 – 146 , jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/4117> . Acesso em: 20 jul. 2023.

RODRIGUES, Cesar Augusto. Educação escolar em tempos de pandemia: direito à educação, ensino remoto e desigualdade social. *Educação escolar em tempos de pandemia: direito à educação, ensino remoto e desigualdade social. Roteiro*, [S. l.], v. 47, p. e27430, 2022. DOI: 10.18593/r.v47.27430. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/27430>. Acesso em: 7 fev. 2023.

RONDINI, Carina Alexandra; PEDRO, Ketilin Mayra; DUARTE, Cláudia dos Santos. Pandemia da COVID-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracajú, v. 10, n. 1, p. 41-57, set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9085> . Acesso em: 20 mar. 2023.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 515, de 17 de março de 2020**. Declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2020. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-515-2020-santa-catarina-declara-situacao-de-emergencia-em-todo-o-territorio-catarinense-nos-termos-do-cobrade-n-1-5-1-1-0-doencas-infecciosas-virais-para-fins-de-prevencao-e-enfrentamento-a-covid-19-e-estabelece-outras-providencias> . Acesso em: 26 maio 2022.

SARAMAGO, José. **As pequenas memórias**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo Cortez Editora, 2013. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia do Trabalho Cient%C3%ADfico - 1%C2%AA Edi%C3%A7%C3%A3o - Antonio Joaquim Severino - 2014.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia%20do%20Trabalho%20Cient%C3%ADfico%20-%201%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20-%20Antonio%20Joaquim%20Severino%20-%202014.pdf) . Acesso em: 05 set. 2022.

SOUZA, Katia Reis de; SANTOS, Gideon Borges dos; RODRIGUES; Andréa Maria dos Santos; FELIX, Eliana Guimarães. Diários de professores(as) na pandemia: registros em cadernetas digitais de trabalho e saúde. Interface – Comunicação, Saúde, **Educação** [online], v. 26, 2022. Disponível em: DOI: 10.1590/interface.210318. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/BRBSP9kR9Xr4jK7T68Ry6zw/> . Acesso em: 05 set. 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TREZZI, C. A educação pós-pandemia: uma análise a partir da desigualdade educacional. **Dialogia**, São Paulo, n. 37, p. 1-14, e18268, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/18268>. Acesso em: 25 maio 2023.

TROITINHO, Maria da Conceição Ribeiro; SILVA, Ivonilce Brelaz da; SOUSA, Maiana Maia; SANTOS, Adriana Damascena da Silva; MAXIMINO, Caio. Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. e00331162, jan. 2021. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00331. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/W93PH7nPTTMtYpDDC3bZXTR/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VALLE, Paulo Dalla; MARCOM, Jacinta Lucia Rizzi. Desafios da prática pedagógica e as competências para ensinar em tempos de pandemia. *In*: PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro (org.). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p. 139-153.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Obras escogidas**. v. IV, Madrid: Visor, 1996

UNDIME. União dos Dirigentes Municipais de Educação. **Undime/SC, em parceria com MPSC, MPC/SC e TCE/SC, divulga dados inéditos sobre os impactos da pandemia no abandono e evasão escolar no estado**. UNDIME-SC, Florianópolis. 30 nov. 2021. Disponível em: <https://undime-sc.org.br/noticias/undime-sc-em-parceria-com-mpsc-mpc-sc-e-tce-sc-divulga-dados-ineditos-sobre-os-impactos-da-pandemia-abandono-e-evasao-escolar-estado-2/>. Acesso em: 20 maio 2023.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação – resumo, 2020: Inclusão e educação: todos, sem exceção**. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por. Acesso em: 12 jun. 2023.

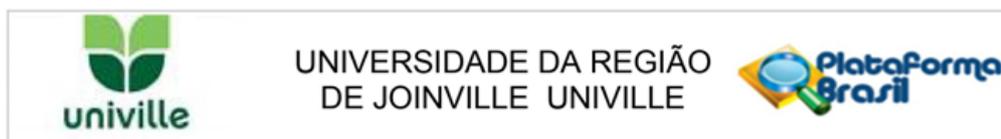
UNICEF - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2022.

VOIGT, Jane Mery Richter; MORGADO, José Carlos. Políticas curriculares para o ensino secundário/ensino médio em Portugal e no Brasil. **e-Curriculum**, São Paulo , v. 17, n. 4, p. 1665-1683, out. 2019 . Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762019000401665&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 dez. 2023.

VOIGT, Jane Mery Richter; PESCE, Marly Krüger de; XAVIER, Dhuan. Tecnologias digitais de informação e comunicação e os currículos educacionais numa perspectiva sócio-histórica. *In*: BOCK, Ana Mercês Bahia et al. (org.). **Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de questões sociais**. São Paulo: EDUC / PIPEq, 2022. p.183-196

ANEXOS

ANEXO A – Parecer Consubstanciado CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TECNOLOGIAS DIGITAIS E A PROPOSTA DO ENSINO REMOTO NO PERÍODO DE 2020 E 2021 NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE JOINVILLE

Pesquisador: VERONICA SANTOS IMPROTA BORGES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 73474523.6.0000.5366

Instituição Proponente: Pós-Graduação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.337.856

Apresentação do Projeto:

Conforme parecer substanciado número 6.317.683, liberado em 22/09/2023.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme parecer substanciado número 6.317.683, liberado em 22/09/2023.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme parecer substanciado número 6.317.683, liberado em 22/09/2023.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Conforme parecer substanciado número 6.317.683, liberado em 22/09/2023.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Conforme parecer substanciado número 6.317.683, liberado em 22/09/2023. No entanto, a carta de anuência da secretaria municipal de educação, assinada e datada foi inserida na plataforma.

A pesquisa pode ser executada.

Recomendações:

Ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) responsável deve enviar ao Comitê de Ética, por meio do sistema Plataforma Brasil, o Relatório Final (modelo de documento na página do CEP no sítio da Univille Universidade).

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 119. Campus Bom Retiro
Bairro: Zona Industrial **CEP:** 89.219-710
UF: SC **Município:** JOINVILLE
Telefone: (47)3461-9235 **E-mail:** comitetica@univille.br



Continuação do Parecer: 6.337.856

Segundo a Resolução 466/12, no item

XI- DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

d) Elaborar e apresentar o relatório final;

Modelo de relatório para download na página do CEP no sítio da Univille Universidade.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "TECNOLOGIAS DIGITAIS E A PROPOSTA DO ENSINO REMOTO NO PERÍODO DE 2020 E 2021 NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE JOINVILLE", sob CAAE "73474523.6.0000.5366" teve suas pendências esclarecidas pelo (a) pesquisador(a) "VERONICA SANTOS IMPROTA BORGES", de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, portanto, encontra-se APROVADO.

Informamos que após leitura deste parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no sítio da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso https://www.univille.edu.br/pt_br/institucional/proreitorias/prppg/setores/coordenacao_pesquisa/comite_etica_pesquisa/status-parecer/645062.

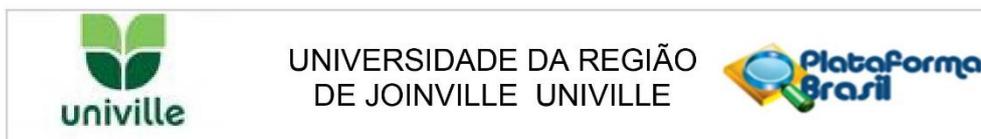
Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2200651.pdf	27/09/2023 14:46:02		Aceito
Outros	anuciainprota.pdf	27/09/2023 14:45:52	VERONICA SANTOS IMPROTA BORGES	Aceito

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 119. Campus Bom Retiro
Bairro: Zona Industrial **CEP:** 89.219-710
UF: SC **Município:** JOINVILLE
Telefone: (47)3461-9235 **E-mail:** comitetica@univille.br



Continuação do Parecer: 6.337.856

Outros	carta_resposta_improta.pdf	27/09/2023 14:45:28	VERONICA SANTOS IMPROTA BORGES	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostocomite.pdf	23/08/2023 18:15:09	VERONICA SANTOS IMPROTA BORGES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodetalhadocomite.pdf	22/08/2023 16:28:32	VERONICA SANTOS IMPROTA BORGES	Aceito
Outros	Roteirodeentrevistacomite.pdf	22/08/2023 16:19:54	VERONICA SANTOS IMPROTA BORGES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEcomite.pdf	22/08/2023 16:16:19	VERONICA SANTOS IMPROTA BORGES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOINVILLE, 02 de Outubro de 2023

Assinado por:
Marcia Luciane Lange Silveira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 119. Campus Bom Retiro
Bairro: Zona Industrial **CEP:** 89.219-710
UF: SC **Município:** JOINVILLE
Telefone: (47)3461-9235 **E-mail:** comitetica@univille.br

ANEXO B – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você gestora da SED, está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **“TECNOLOGIAS DIGITAIS E A PROPOSTA DO ENSINO REMOTO NO PERÍODO DE 2020 E 2021 NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE JOINVILLE”**, desenvolvida em vista da construção da dissertação de Mestrado da aluna Verônica Santos Improta Borges, sob a orientação da Profa. Dra. Marly Krüger de Pesce. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação **da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)** e ao Grupo de Pesquisa em Estudos Curriculares, Docência e Tecnologias (GECDOTE).

Como participante desta pesquisa, você irá responder a uma entrevista organizada com perguntas fechadas e abertas. A sua participação nesta pesquisa consiste em responder à entrevista de acordo com a experiência vivida durante o período investigado.

Com sua participação nesta pesquisa, você estará exposto a riscos mínimos, e caso eles venham a ocorrer, você terá toda a assistência necessária sob a responsabilidade do pesquisador responsável.

Esta pesquisa pretende conhecer, identificar as principais metodologias e estratégias com as tecnologias digitais utilizadas no período da pandemia, levantando informações das condições determinantes de situações de compartilhamento e produção dos conteúdos e programação realizada no momento pandêmico.

Os resultados da investigação darão oportunidade de compreender como esse processo ocorreu, a documentar, ou seja, realizar um registro histórico de um momento singular a partir do que foi vivido. Além disso, compreender aspectos determinantes nesse processo, para assim podermos avançar no uso dessas tecnologias, o que daquilo permanece ou não, e para isso à pesquisa nessa intencionalidade se pautando em dados reais e factuais, onde irá identificar as principais metodologias e estratégias digitais utilizadas nesse período

Com os resultados se espera contribuir com as discussões teórico/metodológicas dos temas propostos por meio da própria divulgação da pesquisa e resultados em eventos, meios impressos e digitais na área de Educação e Tecnologias digitais e colaborar com a sistematização de propostas de aprendizados variados tomando como referência as discussões teóricas da formação docente e das tecnologias digitais. Os resultados serão também apresentados e devolvidos aos envolvidos na pesquisa, instituições e demais interessados.

Sua participação é voluntária. Você poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, terá livre acesso aos resultados finais da pesquisa e garantido esclarecimento antes, durante e após a mesma. É importante saber que não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação, pois a mesma é voluntária após assinatura. Recomendamos que guarde este TCLE assinado por, no mínimo, cinco anos.

Você terá garantia de acesso ao pesquisador responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas por meio de telefone e e-mail: Verônica Santos Improta Borges, e-mail: “veronicaimprota@hotmail.com”, telefone/WhatsApp: (71) 991110663.

É garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente na defesa da dissertação, em congressos ou revistas científicas impressas ou digitais, sem que os nomes dos participantes sejam divulgados.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIVILLE, no endereço Rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial, Campus Universitário, CEP 89.219-710 - Joinville/SC, telefone (47) 3461-9235, em horário comercial, de segunda a sexta, ou pelo e-mail comitetica@univille.br.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine este consentimento de participação, que está impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e esta via com você, participante.

Verônica Santos Improta Borges

Consentimento de Participação.

Eu concordo voluntariamente em participar da pesquisa intitulada **“TECNOLOGIAS DIGITAIS E A PROPOSTA DO ENSINO REMOTO NO PERÍODO DE 2020 E 2021 NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE JOINVILLE”**, conforme informações contidas neste TCLE.

Joinville, ____/____/____

Assinatura do Participante

APÊNDICES

APENDICÊ A – Roteiro de Entrevistas

Roteiro para entrevista com gestores das Escolas Municipais de Joinville

I. A pandemia e o processo de escolarização:

- A) Como foi o trabalho com as mídias digitais, com as plataformas, exemplo o Google Classroom?
- B) Saberá me dizer como era elaborado as propostas, as atividades para os alunos?
- C) Como eram compartilhados esse material pelo google classroom?
- D) Quem elaborava esse material? Os professores? Como se deu esse processo de criação ao compartilhamento?
- E) Como se deu à diminuição, ou melhor, à redução do currículo para se adequar ao momento pandêmico?
- F) Como se deu o programa da rádio? Como se originou a ideia? Foi um grupo de gestores, professores?
- G) Se tem o script desses programas? Como eram feitos? Eram gravados ou ao vivo?
- H) Esses programas, tem como acessá-los? Tem algum registro deles na web para que possamos ver?

II. O Pós-pandemia (ou retorno às aulas presenciais) e o processo de escolarização:

- A) Quais desafios/ problemas foram vividos na educação após a pandemia?
- B) Como foi o retorno dos alunos às aulas presenciais?
- C) Que problemas tiveram que enfrentar?
- D) E os professores?

III. Impactos da pandemia nos estudantes e docentes

- A) Quanto aos estudantes, quais os maiores impactos observados, considerando aprendizagem, relações interpessoais, convivência presencial, uso da tecnologia?
- B) Em relação à saúde dos docentes, quais foram os maiores desafios

enfrentados por vocês?

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) a disponibilizar em ambiente digital institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e/ou outras bases de dados científicas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data 26/02/2024

1. Identificação do material bibliográfico: () Tese (X) Dissertação () Trabalho de Conclusão

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autor: VERÔNICA SANTOS IMPROTA BORGES

Orientador: MARLY KRUGER DE PESCE Coorientador: _____

Data de Defesa: 26/02/2024

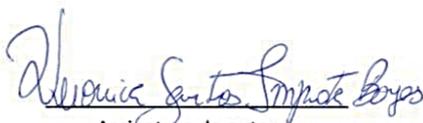
Título: TECNOLOGIAS DIGITAIS E A PROPOSTA DO ENSINO REMOTO NO PERÍODO DE 2020 E 2021 NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE JOINVILLE/SC

Instituição de Defesa: UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

3. Informação de acesso ao documento:

Pode ser liberado para publicação integral (X) Sim () Não

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese, dissertação ou relatório técnico.


Assinatura do autor

23/04/2024
Local/Data